

Nº619 • JUL'26 • €1,50

R E V I S T A D A A R M A D A



**O CONTEXTO ESTRATÉGICO
E O FUTURO DO PODER NAVAL**



A MARINHA NO DIA DE PORTUGAL

2026

No âmbito das comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas de 2026, a Marinha Portuguesa afirmou, de forma clara e abrangente, a sua relevância institucional e operacional, através de uma presença sólida na Ilha Terceira, nos Açores. A participação integrou as principais dimensões das celebrações — cerimonial, operacional e de proximidade com a população — refletindo o compromisso permanente da Marinha com o País e com os cidadãos.

A projeção de militares e meios para a região permitiu assegurar a participação nas diversas componentes do programa, incluindo a cerimónia militar, a Exposição das Forças Armadas e um conjunto alargado de iniciativas de interação com a comunidade local.

A cerimónia militar, realizada no Cerrado do Bailão, em Angra do Heroísmo, constituiu um dos momentos centrais das comemorações, contando com a presença das mais altas entidades do Estado, entre as quais o Presidente da República, o Presidente da Assembleia da República, o Primeiro-Ministro e membros do Governo, bem como representantes do Governo Regional dos Açores. A significativa afluência da população local a este momento solene evidenciou o reconhecimento, o carinho e a elevada estima que as Forças Armadas continuam a merecer junto dos cidadãos.

A Exposição das Forças Armadas, realizada na Praia da Vitória, constituiu igualmente um dos pontos altos das comemorações, afirmando-se como uma montra privilegiada das capacidades dos três ramos. A forte adesão da população evidenciou o elevado interesse pelas atividades desenvolvidas, em particular pelas vertentes interativas, que permitiram um contacto direto e próximo com os militares e os seus meios.

Neste contexto, merece especial destaque a expressiva participação da população nas atividades interativas, sendo de sublinhar a grande afluência registada nos passeios de botes a partir da praia. Esta iniciativa proporcionou uma experiência direta de contacto com o mar, revelando-se uma das atividades mais procuradas contribuindo de forma significativa para reforçar a ligação entre a Marinha e os cidadãos.

A presença de unidades navais constituiu igualmente um elemento de elevada visibilidade. O NRP *D. Francisco de Almeida*, atracado no cais militar da Praia da Vitória, e o NRP *Figueira da Foz*, no Porto das Pipas, em Angra do Heroísmo, estiveram abertos a visitas ao público, registando uma adesão muito significativa permitindo dar a conhecer, de forma direta, as capacidades, missões e quotidiano da nossa Marinha.



Fotos SCHA Ferreira Dias



Foto STEN TN (DSC) Eva Ferreira

A participação da Marinha Portuguesa no Dia de Portugal 2026 constituiu uma demonstração clara da sua capacidade de projeção, da sua versatilidade e da sua proximidade com a sociedade.

Num momento de celebração nacional, a Marinha reafirmou o seu papel enquanto instituição estruturante do Estado e elemento central na afirmação de Portugal como nação marítima, evidenciando os valores de serviço, disciplina e dedicação ao País, bem como o seu compromisso contínuo com as regiões autónomas e com todos os portugueses.





SUMÁRIO

- 04 Navegando pela Palavra...
Gratidão (7)
- 06 NRP *D. João II*
Lançamento à água da plataforma naval multifuncional
- 08 Exercício INSTREX 26
- 13 *Sírius*
De iate real a tesouro museológico
2.ª Parte
- 16 Revista da Armada
55 anos a registar a história da nossa Marinha
- 23 Gentes, Monumentos e Acontecimentos (18)
- 27 A Segunda Guerra Mundial
Museu de Marinha
- 28 Homenagem aos Antigos Combatentes
de Lagares da Beira
- 29 Convívios e Encontros
- 30 Desporto em Dia
- 31 Renovadas Histórias da Botica ~ 93
- 32 Vigia da História ~ 155
- 33 Quarto de Folga
- 34 Notícias Pessoais
- 35 Prémio "Almirante Teixeira Mota" – 2026
- CC Marinha Portuguesa em Selos (XIX)

DESTAQUES

- 02 A Marinha no Dia de Portugal
2026
- 10 Corpo de Fuzileiros
405 anos de História e Futuro
- 17 O Contexto Estratégico e o Futuro do Poder Naval

Capa

O Contexto Estratégico e o Futuro do Poder Naval

Composição gráfica STEN ST-EDSG Taleigo dos Santos

Diretor

CALM AN Nelson Alves Domingos

Subdiretora

CFR TSN – COM RES Ana Alexandra Gago de Brito

Designer Gráfica

STEN TSN (DSG) Mariana Gonçalves Lage

Secretária da Redação

SAJ L Áida Margarida Leigo

Administração, Redação e Edição

Revista da Armada – Edifício das Instalações
Centrais de Marinha – Rua do Arsenal
1149 – 001 Lisboa – Portugal
Telef. +351 211 593 251

Redação

revista.armada@marinha.pt

Secretaria/Assinaturas

ra.secretaria@marinha.pt
Telef. +351 211 593 251

Estatuto Editorial

[www.marinha.pt/pt/Serviços/Paginas/
revista-armada.aspx](http://www.marinha.pt/pt/Serviços/Paginas/revista-armada.aspx)

Paginação eletrónica e produção

What Colour is this?
Rua Roy Campbell, Lote 5, 4B
1300-504 Lisboa
info@wcit.pt
Telef. +351 219 267 950
(Chamada para rede fixa nacional)

Publicação Oficial da Marinha

Periodicidade mensal
Nº 619 / Ano LV
Julho 2026
Tiragem média mensal
3250 exemplares

Revista registada na ERC

Registo nº 127719
Depósito legal nº 55737/92
ISSN 0870-9343

Propriedade

Marinha Portuguesa
NIPC 600012662



R E V I S T A
A R M A D A



NAVEGANDO PELA PALAVRA...

Gratidão



7

«A gratidão verdadeira agradece tudo, pois sabe que se matura em modos diferenciados a complexa arquitetura da vida. Agradece o grandioso e o minúsculo; o horizonte desimpedido e vasto e a pequena fresta imprecisa; a experiência oceânica do ilimitado e do que parece neste momento dolorosamente circunscrito. Agradece a noite, que pode ser interminável e áspera, mas que estende acima de nós as estrelas. Arrisca agradecer aquele vazio que primeiro considerámos como um indesejado espinho, mas que depois surpreendentemente perfuma o nosso mundo interior como se fosse uma rosa. E aquele silêncio que nos derruba com um peso insustentável e que em seguida veremos transformar-se em oportunidade de caminho e de graça. Uma arte de gratidão genuína é aquela que não teme agradecer até os contratempos, até as feridas, até a vulnerabilidade, até os recuos, pois, não raro, são eles que nos permitem alcançar uma consciência de nós próprios e uma sensibilidade à vida que não possuíamos ainda. Quando nos dispomos a agradecer assim a vida que se diria apressadamente escassa, feita de balbucios hesitantes e de minúsculos passos, constatamos que ela se revela afinal plena e transbordante, como não gostaríamos possível.»

José Tolentino Mendonça,
Para os Caminhantes tudo é Caminho

A gratidão é o itinerário para a felicidade. Demais caminhos são becos sem saída. Ser grato é viver de forma plena e uma opção da alma. «A gratidão é a virtude das almas nobres», confirma a máxima do escritor grego Esopo (620-564 a.C.). Nada confere maior serenidade à vida do que o sentimento de gratidão. Por tudo. Pelo que somos e pelos que nos rodeiam. Pelo que vivemos e pelo que alcançamos. Quando somos gratos a nossa alma reveste-se de uma aura. Desvanece a neblina e contagiamos os que nos são próximos. E também os que conosco se cruzam. Os dias ficam mais límpidos e as noites mais serenas. A vida flui como um rio tranquilo. Tudo se torna surpreendentemente harmonioso. Tornamo-nos oásis em pleno deserto onde grassa a ingratidão e os rancores.

Ser é o único verbo que conjuga plenamente com gratidão. Se optarmos por conjugá-la com o verbo estar ficamos irremediavelmente aquém. Ser grato é infinitamente mais do que estar grato. Pela segunda opção a vida torna-se árida, aqui e ali salpicada de fátuos consolos. Miragens que se esvanecem. Invadidos pela insatisfação permanente, tornamo-nos insaciáveis. Quando nada é suficiente, tudo parece trazer dissabores. Queremos sempre mais. O descontentamento torna-se lema de vida como atestou o escritor Daniel Defoe (1660-1731): «*Todo o nosso descontentamento por aquilo que nos falta procede da nossa falta de gratidão por aquilo que temos*». Na mesma linha e alicerçada na própria vivência, o escritor francês Honoré de Balzac (1799-1850) advogava que «*a gratidão perfuma as grandes almas e azeda as almas pequenas*». Os egos irascíveis são avessos à gratidão. Sublevam-se e tornam miserável a vida das respetivas criaturas. Tomam conta! Contaminam a sua existência, assim como as daqueles com

quem convivem ou que com eles se cruzam, que apenas têm algum préstimo se servirem para alcançar os seus miseráveis fins. Materializam a ausência de gratidão nos múltiplos rancores que acalentam e promovem. Nesses "rancores rancorosos" espelha-se uma alma encarcerada e que tudo corrompe, concorrendo, quiçá, para uma abalada prematura desta vida. Negregados! «*Aos incapazes de gratidão nunca faltam pretextos para não a ter*», sublinhava o escritor francês Gustave Flaubert (1821-1880). Mais do que pontualmente manifestada, a gratidão deve ser exercida a título permanente. Ser grato em detrimento de estar grato. Sem subterfúgios nem concessões.

A vida é como o curso de um rio cingido por duas margens inelutáveis, entre a euforia extrema e a mágoa profunda. E a alma extenua-se na vizinhança de ambas. Na orla da mágoa o sofrimento e a dor tornam-se permanentes e desde logo, insuportáveis. Por oposição, nas margens da euforia nada satisfaz e queremos sempre mais. Muuuiitooo mais. O céu é o limite como soe dizer-se, desconsiderando que Ele é alcançável por vias assaz aprazíveis. Erro crasso de paralaxe. O céu nunca nos cerceia se o almejamos como destino: «*Entrai nos Seus pórticos com acção de graças, entrai nos Seus átrios com louvores, glorificai e bendizei o Seu nome*» (Sl 100,4).

Por conseguinte, a nossa viagem terrena tanto pode ser uma experiência maravilhosa como um suplício ao qual ansiámos ver fim. Ou, no limite, pôr termo. A escolha é única e exclusivamente nossa. Pura manifestação do livre-arbítrio. Qual homem do leme, cabe a cada um governar a sua existência de modo a manter a alma medianamente afastada de ambas as margens. Leme a meio! *Virtus in medium est!* – "No meio é que está a virtude!", confirma o ditado. Apartados dos meandros traiçoeiros. Dos extremos e dos extremismos que neles proliferam. Governa assim!

No seu desregramento desenfreado, «*os homens têm menos escrúpulos em ofender quem se faz amar do que quem se faz temer, pois o amor é mantido por vínculos de gratidão que se rompem quando deixam de ser necessários, já que os homens são egoístas; mas o temor é mantido pelo medo do castigo, que nunca falha*», relembra-nos Nicolau Maquiavel (1469-1527) em *O Príncipe*. Na realidade limitara-se a secundar Tácito (c. 56-c. 117), que muitos séculos antes preconizara que «*os homens apressam-se mais a retribuir um dano do que um benefício, porque a gratidão é um peso e a vingança um prazer*». Talvez seja essa a razão pela qual «*os mortos recebem mais flores do que os vivos, porque o remorso é mais forte que a gratidão*», desabafou a jovem Anne Frank (1929-1945) no seu *Diário*.

Nas *Odes de Ricardo Reis*, Fernando Pessoa (1888-1935) fala do poder da gratidão por contraste com a sua ausência:

*«Quero ignorado, e calmo
Por ignorado, e próprio
Por calmo, encher meus dias
De não querer mais deles.*



*Aos que a riqueza toca
O ouro irrita a pele.
Aos que a fama bafeja
Embaça-se a vida.*

*Aos que a felicidade
É sol, virá a noite.
Mas ao que nada espera
Tudo que vem é grato.»*

A gratidão é, de resto, a única ponte que pode ligar a realidade à felicidade. Graça para quem a vida é uma bênção. Não fragilizemos os seus alicerces. «*Sinto-me tomado de gratidão. Isto de alguém se recomençar assim depois de nulo é algo que deslumbra e ultrapassa*», desabafou José Cardoso Pires (1925-1988) no livro *De Profundis, Valsa Lenta*, no qual testemunha tudo o que vivenciara após o acidente vascular cerebral. Cuidar deve, por isso, constituir o *leitmotiv* da nossa existência, conforme advogava Charlie Chaplin (1899-1977): «*A gratidão é a memória do coração. Quando se semeia cuidado colhe-se gratidão*». Neste pressuposto, o escritor brasileiro Lair Ribeiro considera que «*a gratidão é a mãe de todos os sentimentos*». Na opinião do investigador José María Doria, «*quando dizemos "Obrigado", a mente subconsciente elimina, de forma subtil, o vírus das queixas. Quando pronunciamos "Obrigado" ativa-se a força mágica do Ser e trazemos segurança à nossa realidade interna. Quando dizemos "Obrigado" confirma-se que recebemos algo que nos chegou ao interior, algo que gratificou a nossa vida e dissolveu mágoas antigas. Quando damos graças reforçamos o fluir das coisas e, além disso, geramos emoções completamente sãs*».

Na sociedade atual, onde parecem ter deixado de existir quaisquer deveres e para tudo se reclamam direitos, soa assaz estranha a frase de Cícero (106-43 a.C.): «*Nenhum dever é mais importante do que a gratidão*». Como agulhas mal cevadas, navegamos sem norte por manifesta escassez de referências. Segundo William Shakespeare (1564-1616) «*a felicidade depende da profundidade da gratidão. A gratidão é o único tesouro dos humildes*». São esses – e apenas esses – os incomensuravelmente ricos. No mesmo propósito, o escritor Hermann Hesse (1877-1962) considerava que «*só há felicidade se não exigirmos nada do amanhã e aceitarmos com gratidão o que o hoje nos trouxe. A hora mágica chega sempre*». O Mestre dominicano Eckhart de Hochheim (1260-1328) preconizava que «*se a nossa única oração for dizer obrigado isso já é suficiente*», como primeiro passo na gratidão.

Amiúde, esquecemo-nos de ser gratos às pessoas que tornam a nossa vida melhor, pelo simples facto de nos terem concedido o privilégio e a honra de fazerem parte dela. Àquelas que nos dão tudo sem esperar nada em troca. Às que iluminam a nossa existência de forma incondicional. Às que existem por nós e para nós. São as voltas da vida – as mais das vezes os tropeções mais violentos e dolorosos – que nos podem tornar exímios na gratidão. De aceitar que não controlamos o curso da nossa existência. Que esta se esvai num *continuum*, sendo demasiado curta para que desperdicemos o escasso tempo de que dispomos com ques-

tões que nos enfraquecem ou diminuem. Nesta perspetiva, a ausência de gratidão é um ato de suicídio (in)consciente.

A felicidade é sempre proporcional à profundidade da nossa gratidão. É manifestamente rasa ainda que digamos sempre obrigado por mera educação. Ao invés pode tornar-se ilimitada se formos gratos e reconhecemos o bem que as outras almas nos proporcionam. E dermos graças mesmo pelas pequenas coisas. Por tudo aquilo que temos como adquirido, que na realidade nunca está. Na alquimia espiritual, a gratidão é o dom que transmuta o pouco em abundância. Quando somos intrinsecamente gratos, na nossa alma não sobra espaço para a escassez nem para a inveja. Nada nos falta e alcançamos a plenitude. A alma expande-se quando damos graças por tudo, do simples contratempo à nossa própria vulnerabilidade. Nunca é um «exagero exagerar» na gratidão. Posto isto, inspiremo-nos no **Hino à Gratidão** do cabo-verdiano Mário Lúcio, que contou com o brasileiro Dja-van num dueto que abraça as duas margens do atlântico e abarca os dois hemisférios. Muito obrigado!

«Podemos acumular tanto quanto quisermos, mas, sem gratidão, acabaremos sempre aborrecidos com tudo o que obtivermos. Pelo contrário, podemos alcançar o verdadeiro contentamento com poucos pertences, desde que os tratemos com gratidão. [...] A sensação de gratidão é poderosa. Decidi que transformaria a sensação de gratidão num hábito. Meti na cabeça e disse a mim mesmo que me lembraria de me sentir grato por tudo. [...] Percebi que a gratidão não é um método. Faz parte da felicidade – é a felicidade em si. Estudos em psicologia mostraram que quanto mais vezes as pessoas tiverem a oportunidade de se sentirem gratas, mais felizes serão. Isso não é nada surpreendente, quando consideramos que a gratidão é a felicidade. [...] Quando o nosso objetivo passa a ser gratidão, tornamo-nos mais positivos, tolerantes e generosos. Acima de tudo, abrimo-nos à felicidade quotidiana, e essa abertura acabará por mudar a realidade.»

Fumio Sasaki, *Adeus, coisas*



António Manuel Gonçalves

CFR

Antigo Comandante do NRP Sagres (2015-2017)

Agradecimento:

Por indesculpável lapso não referi o VALM Carvalho Abreu no agradecimento aos que na Marinha mais me incentivaram a escrever. Depois de 30 de janeiro de 2012 me ter lançado o desafio para o *Armorial da Marinha Portuguesa*, quando assumi a direção do Gabinete de Heráldica Naval, presentemente trabalho numa obra de maior fôlego e para a qual também me dirigiu o repto. Grato.

NRP D. JOÃO II

LANÇAMENTO À ÁGUA DA PLATAFORMA NAVAL MULTIFUNCIONAL

Na manhã de 7 de abril de 2026, nos estaleiros da DAMEN, em Galați, na Romênia, realizou-se a cerimónia de flutuação da Plataforma Naval Multifuncional, o futuro **NRP D. João II**, assinalando uma etapa crucial no processo de construção daquele que será um dos mais inovadores navios da Marinha Portuguesa.

Em representação do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada e Autoridade Marítima Nacional, esteve presente na cerimónia o Superintendente do Material, VALM Jorge Pires, e em representação do Conselho de Administração da *Damen Shipyards Group*, o seu Diretor Comercial, Bram Langeveld. A cerimónia contou também com a presença do Embaixador de Portugal na Romênia, Dr. Paulo Cunha Alves, da Embaixadora do Reino dos Países Baixos na Romênia, Willemijn Van Haaften, do Chefe das Equipas Multidisciplinares dos Projetos dos Novos Meios Navais, CALM Barbosa Rodrigues, e de representantes da indústria naval, bem como diversas entidades civis e militares portuguesas e romenas.

Na tradição naval, a flutuação de um navio constitui um momento de profunda carga simbólica, frequentemente interpretado como o seu “nascimento”. Este marco traduz a passagem de uma construção industrial para uma unidade destinada à operação no mar, sendo sempre celebrado formalmente, através de um evento que liga construtores, marinheiros e decisores institucionais. Esta dimensão foi evocada, no seu discurso, pelo Diretor Comercial do *Damen Shipyards Group* ao afirmar que “quando um navio toca a água pela primeira vez, marca o início da sua vida”.

A flutuação de um navio é o instante em que a engenharia, o planeamento e o esforço humano se materializam numa capacidade operacional concreta. Como sublinhado pelo VALM Jorge Pires, trata-se de “um momento de metamorfose, onde toneladas de aço, intrincada cablagem e sistemas complexos transcendem a sua forma física para se tornarem um navio”.

A materialização deste projeto exigiu um esforço coletivo significativo, envolvendo equipas multidisciplinares, cooperação internacional e a integração de soluções tecnológicas inovadoras, num contexto de grande exigência em termos de cumprimento de prazos, sem nunca descuidar a qualidade dos materiais e dos procedimentos.

Concebido pela Marinha Portuguesa e desenvolvido em parceria com o grupo DAMEN, o futuro **NRP D. João II** afirma-se como uma Plataforma Naval Multifuncional, integrando capacidades científicas, arquitetura modular e elevada flexibilidade operacional. Estas características permitem a sua adaptação a um vasto leque de missões, num ambiente marítimo cada vez mais exigente e multifacetado. Assente numa lógica de adaptabilidade, este modelo traduz-se numa abordagem tripartida: multiplicidade de missões — desde a investigação científica e monitorização ambiental ao apoio humanitário e à segurança marítima; modularidade — através da incorporação de diferentes módulos e soluções contentorizadas; e integração de sistemas autónomos — funcionando como plataforma central num sistema alargado de sensores e veículos não tripulados.

Esta plataforma foi concebida para operar sistemas não tripulados — aéreos, de superfície e subsuperfície — de forma integrada e modular. Estes sistemas autónomos, utilizados ao serviço das diversas missões que lhe forem atribuídas, aumentam o alcance operacional, reduzem riscos para o pessoal e potenciam a qualidade e a quantidade de dados recolhidos.

Como referido na ocasião, este não é apenas “mais um navio”. É uma plataforma pensada para responder aos desafios emergentes do século XXI, onde as fronteiras entre segurança, ciência, tecnologia e economia se tornam progressivamente mais difusas. Representa, assim, uma visão integrada e holística do domínio marítimo.

A sua conceptualização deve ser entendida à luz da evolução do ambiente marítimo global. O mar deixou de ser ape-





nas um espaço de circulação e projeção de poder, assumindo-se hoje como um domínio crítico para o conhecimento científico, um vetor central da economia global, um ecossistema sensível do ponto de vista ambiental e, simultaneamente, um espaço de crescente competição estratégica.

Projetado para assegurar presença sustentada no mar, com autonomia até 45 dias, um dos seus elementos distintivos reside na forte componente científica. Para além da prospeção do fundo marinho e da recolha de dados oceanográficos, o **NRP D. João II** permitirá apoiar diretamente instituições científicas, reforçando o contributo da Marinha para a economia azul e para a produção de conhecimento essencial ao desenvolvimento e ao apoio da decisão estratégica. Este posicionamento coloca Portugal entre os países que procuram antecipar, e não apenas reagir, às transformações do ambiente marítimo e a impulsos exógenos.

Como referiu o VALM Jorge Pires, “num mundo onde o ambiente de segurança evolui a um ritmo vertiginoso, quem não se adapta fica inevitavelmente para trás”.

Importa ainda salientar o papel determinante da indústria naval, em particular do grupo DAMEN, cuja colaboração foi essencial para a concretização deste projeto. A parceria estabelecida foi destacada como assente em confiança, visão e capacidade de inovação, refletindo o esforço conjunto das equipas envolvidas. Após esta fase, seguem-se etapas críticas do projeto, designadamente a conclusão dos testes de aceitação a cais, em paralelo com a formação e o treino da guarnição e, posteriormente, os ensaios de mar, onde serão validados os diferentes sistemas e procedimentos.

Prevê-se que o navio, financiado pelo Plano de Recuperação e Resiliência, seja integrado na Esquadra durante o primeiro semestre de 2027.

A flutuação do futuro **NRP D. João II** foi, assim, um marco relevante na história recente da Marinha Portuguesa, simbolizando a concretização de uma ambição estratégica alinhada com os desafios do presente e do futuro.



Colaboração da **EAF-PNM**



Des. José Cabrita

Os símbolos heráldicos do NRP D. João II – brasão de armas e estandarte heráldico – foram concedidos por Despacho, de 23 de dezembro de 2024, do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, publicado na OA1 n.º 2, de 8 de janeiro de 2025.

Em estreita ligação com o respetivo patrono, o brasão de armas do NRP D. João II encontra-se associado à empresa do monarca, o pelicano a alimentar os filhos no ninho com o seu próprio sangue, simbolizando o apoio e o amor incondicionais. Assim como o pelicano da lenda medieval se sacrifica em prol das suas crias, numa analogia simbólica também o navio, de carácter inovador e disruptivo, é projetado para apoio e sustentação das operações navais. Neste sentido, as três crias aludem aos sistemas e meios embarcados, tripulados e não tripulados, que operam como principais sensores do navio-mãe em três ambientes distintos: aéreo, superfície e subsuperfície. O azul é sinónimo de zelo, lealdade e boa reputação, enquanto a prata expressa a integridade, a firmeza e a obediência. O ninho quis-se de ouro por este simbolizar a constância, a fortaleza e a fidelidade.

Descrição heráldica – Escudo de azul com pelicano de prata animado de azul e ensangüentado de vermelho, com três crias do mesmo animadas de azul em ninho de ouro, alimentando-se do sangue que irrompe do peito do progenitor. Coronel naval de ouro forrado de vermelho. Sotoposto listel ondulado de prata, com a legenda em letras negras maiúsculas, tipo elzevir, «N.R.P. D. JOÃO II».

António Manuel Gonçalves
CFR

Diretor do Gabinete de Heráldica Naval



Foto STEN TN (DSC) Eva Ferreira

EXERCÍCIO INSTREX 26

Decorreu entre os dias 16 e 27 de março, o **Exercício INSTREX 26 (ITX26)**, com o objetivo de aumentar a proficiência da esquadra em operações navais, incrementar a capacidade de integração dos meios orgânicos tripulados e não tripulados e não orgânicos não tripulados, nas diversas áreas operacionais e, em simultâneo, contribuir para o Plano de Treino Operacional do NRP *D. Francisco de Almeida* e para o curso de Comandantes de Submarino a bordo do NRP *Tridente*.

UNIDADES ENVOLVIDAS

Neste exercício participaram diversos tipos de meios para além dos navios da esquadra, tais como um destacamento de helicópteros, equipas dos Destacamentos dos Mergulhadores Sapadores, do Corpo de Fuzileiros, veículos não-tripulados aéreos, de superfície e de subsuperfície, resultando numa oportunidade de treino num espectro largo da área operacional.

ESTRUTURA DE COMANDO

O exercício ocorreu debaixo do Comando do Comandante Naval, atuando como Comandante da Força, dividindo depois a Força em dois Grupos de Tarefa, sendo o primeiro constituído pelos navios de superfície, a Força de Desembarque dos Fuzileiros, a célula de operação de meios não tripulados X31 e o desta-

camento de mergulhadores sapadores e o segundo Grupo de Tarefa constituído pelo Submarino NRP *Tridente*.

A comandar o segundo grupo de tarefa encontrava-se o Comandante da Força Naval Portuguesa, CMG André Pereira da Silva, com o seu respetivo Estado-Maior, que operavam no Centro Alternativo de Comando e Controlo Operacional, localizado no Centro de Comunicações de Dados e Cifra da Marinha (CCDCM), no local de Receção da Penalva, tendo debaixo do seu Comando um total de cerca de 200 militares.

COMANDO E CONTROLO ALTERNATIVO

Pela primeira vez num exercício desta natureza, o Comandante da Força Naval Portuguesa operou juntamente com o seu Estado-Maior num posto alternativo de Comando e Controlo em terra, isto é, sem estar embarcado no navio-chefe do Grupo de Tarefa.

Esta modalidade de Comando e Controlo ofereceu a oportunidade de treinar o Estado-Maior a operar distante da força, enfrentando os desafios inerentes à condição, resultando na necessidade de rapidez e precisão no fluxo de informação por forma a manter um conhecimento situacional permanente, permitindo exercer eficazmente o Comando das suas unidades.

Esta modalidade de Comando e Controlo permitiu não só treinar o Estado-Maior da Força Naval Portuguesa a operar em condições pioneiras para este, como também verificar a viabilidade da utilização do Centro Alternativo de Comando e Controlo na Penalva.



INTEGRAÇÃO DOS MEIOS NÃO TRIPULADOS

Ao longo do exercício, foram treinadas operações com meios não tripulados, nos três ambientes tradicionais, aéreo, superfície e subsuperfície, tanto a operar em apoio às operações do grupo de tarefa como a simular forças opositoras, o que se revelou numa excelente oportunidade de treino, não só de integração como de combate contra meios não tripulados, ajustando o treino da esquadra à realidade das operações navais atuais.

OPERAÇÕES ANFÍBIAS

Outra vertente com bastante relevo no exercício foi a componente anfíbia, tendo-se realizado um desembarque de uma força anfíbia ao longo do Rio Mira com o ponto de desembarque em Vila Nova de Milfontes, tendo sido efetuada inicialmente a projeção discreta de uma força de reconhecimento, anteriormente à projeção da totalidade da Força Anfíbia.

PROJEÇÃO DE UMA FORÇA DE FUZILEIROS POR MEIO AÉREO COM PARAQUEDAS

Ao longo do exercício ITX26, uma das tarefas incidia na projeção de uma força de operações especiais para tomar um objetivo sem acessos marítimos, tendo sido a decisão do Comandante da Força Naval Portuguesa de projetar a força de operações especiais por via aérea com recurso a paraquedas.

Essa projeção ocorreu para a zona de Odeceixe, sendo uma estreia nos exercícios desta natureza, resultando num treino bastante profícuo para a Esquadra, mais propriamente para o Destacamento de Ações Especiais.

PROJEÇÃO DE MINAS ATRAVÉS DE UM NPO

Durante o exercício, treinou-se a largada de uma mina através de um Navio de Patrulha Oceânico (NRP *Viana do Castelo*), pertencente ao grupo de tarefa da Força Naval Portuguesa, treinando assim, a capacidade de transporte e largada de minas num local estratégico, elemento de alto valor operacional nomeadamente nas áreas sensíveis marítimas ao longo da Área de Responsabilidade Nacional.

OUTCOME DO EXERCÍCIO

Após o término do exercício, faz-se uma avaliação da prontidão dos militares que neste participaram, e embora o espectro de treino tenha sido abrangente, notou-se que as áreas treinadas sofreram evolução e foram retiradas diversas lições identificadas, que permitirão uma evolução operacional.

Assim, conclui-se que o exercício, embora tenha corrido com alguns ajustes para apoiar tanto o Plano de Treino Operacional do NRP *D. Francisco de Almeida* como o Curso de Comandantes de Submarino a bordo do NRP *Tridente*, foi uma excelente oportunidade de treino, que não só testou a prontidão dos meios Operacionais da Marinha, como também treinou a integração das diversas tipologias de meios tripulados e não tripulados.

Este tipo de treino, adaptado às necessidades operacionais do espectro geopolítico internacional, confere à Marinha capacidades que lhe permitem cumprir com os seus compromissos para a Segurança e Defesa do Estado, revelando-se vital para a credibilização de Portugal no seio das forças internacionais.



Colaboração do **COMPRTMARFOR**



CORPO DE FUZILEIROS

405 ANOS DE HISTÓRIA E FUTURO

Entre os dias 13 e 18 de abril de 2026, o Corpo de Fuzileiros (CF) celebrou o seu **405.º Aniversário** — sob o tema **"O Corpo de Fuzileiros em preparação para desembarques futuros"** — com um programa comemorativo diversificado e mobilizador, que uniu tradição, coesão interna, pensamento estratégico e projeção pública. Ao longo de seis dias, a efeméride foi assinalada através de várias iniciativas, incluindo uma cerimónia religiosa, atividades de natureza física e militar, um seminário de reflexão sobre o futuro e outras comemorações abertas à comunidade, culminando com uma cerimónia militar no Parque da Paz, em Almada.

Mais do que celebrar uma data, o **CF reafirmou a sua identidade, cultura de exigência e determinação em continuar a servir Portugal com prontidão, disciplina e ambição**. As comemorações do 405.º Aniversário constituíram assim, uma expressão clara da vitalidade de uma força com raízes profundas na história naval portuguesa e plenamente orientada para os desafios do futuro.

UMA CELEBRAÇÃO COM SIGNIFICADO INSTITUCIONAL

A comemoração do aniversário do CF é, por excelência, um momento central da vida institucional desta Força Especial da Marinha. É ocasião para recordar os que serviram antes, honrar os que tomaram em missão, reforçar o espírito de corpo e consolidar a imagem de uma força credível, atual, moderna e permanentemente preparada para cumprir.

Neste quadro, o programa das comemorações foi concebido para refletir essa dupla dimensão: por um lado, a fidelidade à memória, à tradição e aos valores que moldaram gerações de Fuzileiros; por outro, a vontade de pensar o futuro, de projetar capacidades e de preparar o Corpo para os ambientes operacionais emergentes.

Sob coordenação da Comissão Organizadora das Comemorações do 405.º Aniversário do CF, presidida pelo Comandante do CF, e com direção executiva do CMG SEF RES Rodrigues Palma, as atividades envolveram as várias unidades do Corpo e mobilizaram um esforço organizativo alargado, traduzido numa semana comemorativa de forte impacto interno e externo.

FÉ, MEMÓRIA E TRADIÇÃO NO ARRANQUE DAS COMEMORAÇÕES

As celebrações tiveram início no dia 13 de abril, com a Homília alusiva ao 405.º Aniversário do CF, presidida por Sua Excelência Reverendíssima D. Sérgio Dinis Bispo das Forças Armadas e de Segurança, celebrada na Capela da Base Naval de Lisboa (BNL). Este momento inaugural revestiu-se de especial simbolismo, ao proporcionar um

espaço de recolhimento, homenagem e reflexão na abertura da semana comemorativa.

A cerimónia religiosa permitiu assinalar e honrar a memória dos antepassados, recordar os militares que serviram Portugal com coragem e sacrifício e reafirmar os valores espirituais e morais que sustentam a condição militar. Num Corpo cuja identidade se constrói também na continuidade da memória e no respeito pela tradição, este momento assumiu particular relevância.

Mais do que um ato litúrgico, a celebração constituiu uma expressão de unidade e pertença, reforçando a consciência de que o CF é herdeiro de uma história longa, exigente e honrada, construída ao longo de mais de quatro séculos de serviço.

CORRIDA/MARCHA DO COMANDO: COESÃO, LIDERANÇA E PRONTIDÃO

No dia 15 de abril, a Corrida/Marcha do Comando do CF reuniu, na BNL, os militares que prestam serviço no Corpo, num momento de forte simbolismo institucional e operacional.

Com partida e chegada na parada da Base de Fuzileiros (BF), o percurso desenvolveu-se ao longo da via principal da BNL, com passagem pelo Portão Verde (acesso principal à BNL), UTITA, CEFA, DN, Praça do Palácio, Escola Naval, ETNA e BF, traduzindo, de forma simples mas expressiva, a cultura de exigência física, disciplina e espírito de equipa que caracteriza os Fuzileiros.

A atividade teve como objetivo demonstrar liderança, união, espírito de corpo, disciplina e prontidão — qualidades indissociáveis da condição do Fuzileiro. Num contexto em que a preparação física continua a ser um pilar essencial da capacidade operacional, esta iniciativa constituiu também uma afirmação da disponibilidade permanente e da robustez que distinguem o Corpo.





PENSAR O AMANHÃ: O CORPO DE FUZILEIROS PARA DESAFIOS FUTUROS

Um dos momentos mais relevantes da semana comemorativa teve lugar no dia 16 de abril, com a realização do Seminário “Projetar o Corpo de Fuzileiros para 2040”, na EN. Concebido como um espaço de reflexão estratégica, o encontro procurou pensar o Corpo a 15 anos, colocando no centro do debate as suas pessoas, as capacidades e a visão de futuro. O evento reuniu especialistas nacionais e internacionais, bem como as diferentes gerações de oficiais Fuzileiros, para debater o futuro daquela que é a força de elite da Marinha Portuguesa.

A sessão de abertura foi presidida pelo Chefe do Estado-Maior da Armada e Autoridade Marítima Nacional (CEMA e AMN) Almirante Jorge Nobre de Sousa, que, numa alocução inspiradora, sublinhou a dicotomia entre a herança histórica e a necessidade de evolução. Citando o Almirante CEMA e AMN: “se a história nos honra, o futuro nos convoca”, frase que serviu de mote para os trabalhos e reforçou a convicção de que é possível — e imperativo — antecipar os desafios das próximas décadas.



A qualidade das palestras foi um dos pilares do sucesso deste seminário. Entre as intervenções de maior relevo, destacam-se:

- A visão estratégica do CALM Sardinha Monteiro;
- A análise operacional do COM Gonçalves Simões;
- O contributo internacional do Coronel Emanuel Thomeer,

do *Netherlands Marine Corps* (Países Baixos), que partilhou a experiência e a visão de uma força aliada sobre a evolução das operações anfíbias no quadro da NATO.

VOZES DE TRÊS GERAÇÕES

Outro dos momentos enriquecedores deste Seminário foi a mesa-redonda que reuniu oficiais do CF representantes de três gerações distintas (entre os postos de Capitão de Fragata e Segundo-tenente). Este diálogo intergeracional permitiu cruzar a experiência de quem já comanda unidades operacionais com a visão inovadora dos oficiais mais jovens, garantindo que o planeamento para 2040 seja inclusivo e tecnologicamente atualizado.

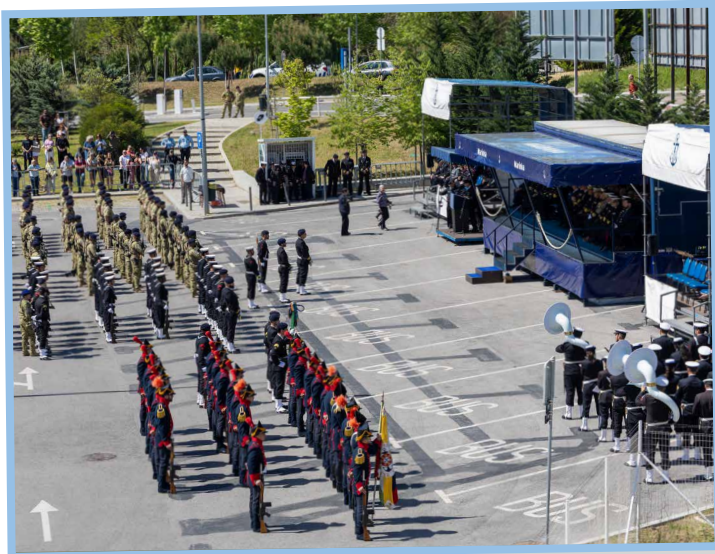
A fluidez e o rigor do debate foram assegurados por uma moderação de excelência, a cargo do jornalista Rolando Santos, especialista em Defesa, e do CMG FZ Teixeira Moreira, que souberam potenciar os contributos da audiência e dos oradores, transformando o seminário num verdadeiro fórum de partilha de conhecimento.

“O treino é duro, mas o combate torna-se fácil e a recompensa de poder fazer a diferença no mundo é inigualável.” — *Excerto da alocução de encerramento do Comandante do CF, COM FZ Martins de Brito.*

Este seminário reafirmou o compromisso dos Fuzileiros com a modernização e a prontidão, provando que, tal como em 1621, o CF continua a ser o braço armado da Marinha, pronto para projetar o poder naval onde quer que Portugal necessite, hoje e em 2040.

MOSTRAR OS FUZILEIROS À COMUNIDADE

Nos dias 17 e 18 de abril, as comemorações assumiram uma dimensão mais aberta ao exterior, com a realização, no Parque da Paz, em Almada, de uma exposição estática pública de equipamento militar e de um conjunto de atividades lúdicas e demonstrativas dirigidas à comunidade, com especial enfoque na população estudantil do concelho.



Ao longo do dia, os visitantes puderam contactar de perto com equipamento e armamento individual, conhecer alguns dos meios utilizados pelo CF e participar em atividades como torre de escalada, *slide*, pista de treino funcional, demonstração canina, *airsoft* e demonstração de drones, entre outras.

Esta iniciativa teve como objetivo mostrar os Fuzileiros à comunidade, atrair a atenção dos mais jovens, reforçar a ligação à população local e projetar uma imagem de proximidade, competência e modernidade. Num tempo em que a comunicação institucional e a ligação à sociedade assumem crescente importância, estas ações revelaram-se fundamentais para dar a conhecer a missão, os valores e as capacidades da Marinha e do CF.

A forte componente pedagógica e interativa da jornada permitiu aproximar os cidadãos da realidade militar, contribuindo para uma melhor compreensão do papel dos Fuzileiros no quadro da defesa nacional e do serviço público.

ENCERRAMENTO DAS COMEMORAÇÕES

O emblemático Parque da Paz, em Almada, serviu ainda de moldura para a cerimónia militar que, no passado dia 18 de abril, assinalou o culminar das celebrações do 405.º Aniversário do CF. Num ambiente de grande proximidade com a população e marcado por uma profunda carga histórica e emocional, o evento reafirmou a prontidão e o prestígio desta força de elite da Marinha Portuguesa.

Uma Parada de Tradição e Modernidade, a cerimónia foi presidida, com a dignidade que a efeméride impunha, pelo VALM Salvado Figueiredo, Comandante Naval. As forças em parada, apresentando-se com o rigor e a disciplina característicos, simbolizaram a coesão de uma unidade que "nasce de novo" a cada compromisso assumido.

A Presidente da Câmara Municipal de Almada, Dra. Inês de Medeiros, cuja presença muito honrou a efeméride, proferiu uma alocução onde destacou a ligação histórica entre a cidade e os Fuzileiros, agradecendo o papel da força no apoio às populações, como comprovado recentemente na tempestade *Kristin*.

A esta intervenção seguiu-se o discurso do Comandante do CF, COM FZ Martins de Brito, que num tributo aos heróis do passado e aos militares de hoje, sublinhou que ser Fuzileiro "é muito mais do que uma carreira militar, é uma forma de cidadania", reiterou ainda o papel dos Fuzileiros como "embaixadores da paz" e "multiplicadores de apoio".

O encerramento oficial coube ao VALM Salvado Figueiredo, que enalteceu a longevidade da unidade e a sua constante adaptação aos novos desafios geopolíticos, garantindo que o CF permanece uma força pronta para "fazer cumprir Portugal, sempre e aonde for necessário".

Outro dos momentos mais marcantes dessa manhã, acompanhados pela Banda da Armada, foi a entoação do Hino dos Fuzileiros pela primeira vez numa parada militar. A letra, que invoca "mil sonhos ainda a viver" e "mil batalhas ainda por ganhar", ecoou pelo parque como um testemunho vivo da motivação e do espírito de corpo que une os Fuzileiros.

DEMONSTRAÇÃO DE CAPACIDADES: O FUZILEIRO EM AÇÃO

Após a componente protocolar, o público foi brindado com uma vibrante demonstração de capacidades operacionais, evidenciando a versatilidade do "braço armado da Marinha": Resgate de VIP — Uma simulação tática complexa que demonstrou a rapidez de resposta e a precisão em cenários de risco elevado; Cinotecnia (Demonstração Canina): Exibição da perícia e da ligação binómio homem-cão, fundamentais em operações de deteção e segurança; Defesa Pessoal: Uma mostra do rigor técnico e da preparação física exigida para o combate próximo.

Com o lema "braço às armas feito" bem presente, os Fuzileiros encerraram as comemorações do seu quingentésimo quinto aniversário com a certeza de que a sua história continua a ser escrita com bravura, no mar e em terra.



Colaboração do **COMANDO DO CORPO DE FUZILEIROS**



SÍRIUS

DE IATE REAL A TESOURO MUSEOLÓGICO

2.ª PARTE

NAVIO-ESCOLA DA ESCOLA NAVAL

A implementação da República originou um retrocesso na prática do iatismo em Portugal, não só por perder todos os benefícios que antes obtinha da coroa, mas também pela forte reação antimonárquica que recebeu devido ao favoritismo que sempre lhe foi dedicado pela família real. Os membros da família real foram sempre protetores dos clubes náuticos, nomeadamente a Real Associação Naval e o Real Clube Naval. D. Maria Pia foi comodoro honorário da Real Associação Naval e o seu *Sírius* manteve sempre as insígnias desta, embora em alguns anos o iate estivesse registado nos dois clubes.

Em junho de 1911, Augusto Gomes de Araújo, administrador da casa de D. Maria Pia, emite uma declaração para a cedência do iate ao Estado. O veleiro foi entregue ao Capitão-de-fragata Velez Caldeira nesse mesmo mês. A rainha acaba por falecer no mês seguinte em Piemonte, a sua terra natal. Em dezembro, a Administração dos Serviços Fabris do Ministério da Marinha passa a tomar conta do *Sírius*, entregando-o à Direção dos Serviços Marítimos no dia 20 desse mês.

Em 17 de dezembro de 1912, depois de despojado das recordações régias, como símbolos e loiças, o *Sírius* foi entregue à Escola Naval (EN), à época situada na Ribeira das Naus, para instrução prática dos aspirantes. Deu-se assim início a uma tradição, já secular, de batizar os veleiros de instrução da EN com o nome de estrelas, como é exemplo o saudoso *Vega*, o *Polar* ou o *Deneb*.

Antes de ser utilizado pelos aspirantes, na sua formação marinheira, foi submetido, em 1913, a uma intervenção no seu aparelho, passando a usar uma mastreação em hiate. No ano seguinte passou a ser navio de Estado com direito a jaque, bandeira nacional e flâmula.

Em 1917 o *Sírius* já armava em palhabote, sabendo-se que nesse ano efetuou reparações que não excederam os 400 escudos. Os trabalhos foram acompanhados pelo carpinteiro Porfírio de Campos, Operário Chefe da EN que trabalhou, como operário, na construção do iate.

VELEIRO DO CNOCA E NAVIO DE INSTRUÇÃO DA BRIGADA NAVAL

Em finais da década de 20, ou inícios da década de 30 (provavelmente em 1931), o palhabote *Sírius* passa a integrar a frota do CNOCA. Fundado em 1888, com o nome Club dos Aspirantes de Marinha, à época era designado de Club Náutico dos Oficiais e Aspirantes da Armada. Em 1938, a designação do clube volta a ser novamente alterada para a designação atual.

Nas suas memórias, o Engenheiro João Farrajota Rocheta, que ingressou na EN em 1928, refere que no seu 3.º ano o *Sírius* foi devolvido ao CNOCA, depois de concluídas as reparações devido a um abalroamento. Conjuntamente com alguns camaradas e o sargento responsável pela embarcação, foram logo experimentá-lo. Por gosto e por ser o mais antigo foi ao leme, numa navegação onde subiram o Tejo até Xabregas. Nesse local viraram por d'avante, descendo o rio até à Doca da Aviação Naval, a atual Doca do Bom Sucesso, em Belém, onde entraram galhardamente à vela e fundearam. A manobra correu bem, mas os "jovens marinheiros" não cumpriram bem as ordens do timoneiro, arriando apenas as velas de proa quando os ferros unharam. Alguns dias depois fizeram uma navegação até Cascais, onde fundearam e almoçaram frugalmente uma grande sanduíche de atum. Estas duas navegações retratam bem a utilização do *Sírius* pelos aspirantes da EN, contribuindo para a formação marinheira dos futuros oficiais da Marinha.

Foi aparentemente neste período, em que pertenceu ao CNOCA, que o seu elegante casco foi pintado de preto. Tendo-se deixado de realizar as necessárias reparações e manutenções periódicas, o iate foi entrando em processo de degradação. O *Sírius* acabou por ficar amarrado no Alfeite e transformado num pontão onde os aspirantes se atiravam a água para as suas aulas práticas de natação.

O Comandante Henrique dos Santos Tenreiro, numa das suas idas ao Alfeite, viu aquele casco de linhas airosas e inquiriu de que embarcação se tratava. Sabendo que era o

*O Sírius a navegar ao largo do Cais do Sodré
aparelhado em hiate (cortesia do Museu de Marinha)*





Beque do Síríus visivelmente degradado
(cortesia do Museu de Marinha)

antigo iate real *Síríus* rapidamente iniciou diligências para que se deitasse mão aquela relíquia náutica para a Brigada Naval, onde exercia as funções de Comandante. Esta instituição, criada pelo Estado Novo e na dependência da Legião Portuguesa, tinha como missão gerir e controlar as atividades da marinha de recreio.

De acordo com Marques Esparteiro e Estácio dos Reis¹, o palhaborde foi cedido à Brigada Naval em 1953. Contudo, esta deve ter ocorrido mais cedo. O Comandante Alves Salgado teve a amabilidade de disponibilizar uma carta, aparentemente dirigida ao seu avô paterno, Augusto Sousa Salgado, que era Comandante de Lança da Secção da Brigada



O Síríus, com roda do leme, a navegar à vela na década de 60
(cortesia do Museu de Marinha)

Naval do Porto. Nesta, o remetente refere que já falou com Oliveira Salazar sobre a cedência do *Síríus*, mas ainda não tinha conseguido o combinado, que fosse o próprio Chefe do Governo a fazer o pedido ao Ministro da Marinha. A missiva também menciona que iria falar com Pedro Teotónio Pereira, para que este interceda a favor da cedência. A carta aparenta ser datada de 12 de dezembro de 1943.

Na Capitania do Porto de Lisboa encontra-se um Requerimento de Registo, de 22 de julho de 1945, onde o Ministério da Marinha solicita o registo do *Síríus* na Brigada Naval. O requerimento, que foi diferido, refere que o iate possui um motor usado *Baudoin* de 24 cavalos. É provável que o iate tenha sido cedido à Brigada Naval antes de 1953 e que antes da entrada do requerimento se tenha procedido a vários trabalhos com vista à sua recuperação, nomeadamente a instalação de um motor propulsor e a substituição da sua cana, manuseada, ao longo de décadas, por vários monarcas, infantes e ilustres Oficiais da Armada, por uma roda do leme.

Durante a sua permanência na Brigada Naval, o veleiro foi usado para apoio dos cursos de patrão de costa e patrão de alto mar. Contudo, a antiga embarcação régia não se limitou às missões de instrução. Em fevereiro de 1957 marcou presença no desembarque apoteótico da Rainha Isabel II no Terreiro do Paço, aquando da sua visita oficial a Portugal. No momento do desembarque dos monarcas britânicos, o *Síríus* encontra-se a jusante do Cais das Colunas, mais afastado do aglomerado de embarcações.

Com o intuito de substituir a antiga *Sagres*, que já não se encontrava em condições de assegurar a continuidade das viagens de instrução, o governo português adquiriu ao Brasil, em 1961, o atual navio-escola *Sagres*. A bandeira nacional foi içada pela primeira vez em 8 de fevereiro de 1962, ainda com o navio no Rio de Janeiro. Na tarde de 23 de junho desse mesmo ano, a *Sagres* entrou pela primeira vez no porto de Lisboa. Na receção de boas vindas, iniciada ao largo da Torre de Belém, algumas embarcações acompanharam a entrada da nova unidade naval. Imediatamente à proa da *Sagres*, o vetusto *Síríus*, embandeirado em arco e com grande experiência nas águas do Tejo, ensinava o caminho ao novo navio-escola da Marinha.

Baseado na Doca de Belém, uma dragagem na bacia de manobras, no verão de 1970, obrigou o iate a mudar-se temporariamente para a Doca de Pedrouços. É nesse local provisório, que foi aproveitado para fazer alguns trabalhos de melhoramentos, que uma tragédia acontece. Na tarde de 13 de agosto, o arrastão *Santa Maria do Mar*, em manobras de atracação tem uma falha na instalação propulsora. A manobra prolongou-se mais do que o previsto, colidindo com a sua popa no costado do *Síríus*, apertando-o contra a muralha. O cavername do velho iate estalou e em pouco segundos foi a pique, ficando apenas com os dois mastros fora de água. A bordo encontravam-se duas pessoas, o carpinteiro naval António Baeta, que se encontrava a trabalhar na casa da máquina e que a custo conseguiu escapar com o barco já afundado, e o velho tripulante Carlos Alves, conhecido como “Tio Carlos”, ou “Carlos do Síríus”, que aparentemente ficou preso nos beliches da camarinha de vante. Os Bombeiros Sapadores ocorreram ao local com uma equipa de mergulhadores, não conseguindo, contudo, encontrar o velho marítimo.

Na manhã do dia seguinte, a cábreia António Augusto de Aguiar e o rebocador *Olivaís*, da Administração Geral do Porto de Lisboa, iniciaram os trabalhos para retirar o *Síríus* do fundo, conseguindo colocá-lo à tona de água ao início da



Operações de resgate junto ao *Sírius* afundado na Doca de Pedrouços
(cortesia Diário de Notícias)

tarde. Os mergulhadores efetuaram várias diligências no sentido de encontrar o corpo do velho tripulante, mas em vão. O corpo do "Carlos do *Sírius*", deve ter sido arrastado para a água.



José Sousa Luís
CFR

Agradecimentos:

Agradeço a colaboração do ALM Castanho Paes, do CMG Dias Pinheiro, do CMG Alves Salgado, do CMG Castro Afonso, do CFR Semedo de Matos, do CTEN Moraes Braz, do CTEN Gonçalves Neves e ao Diário de Notícias, especialmente à Dra. Valentina Marcelino, Diretora-Adjunta do Diário de Notícias.

Este é provavelmente o artigo mais completo sobre o *Sírius*, sendo provável que existam vários factos e curiosidades não mencionados e que merecem ser conhecimento geral. Nesse sentido, agradeço a todos os leitores que tenham documentos, fotos ou histórias do *Sírius*, mesmo que aparentemente irrelevantes, que me contactem através do email sousa.luis@marinha.pt.

Notas

¹ Na obra *Três Séculos no Mar (1640-1910) VII Parte Escunas e lates (1734 – 1905)* e no artigo *O Sírius* da Revista da Armada.

Bibliografia

BIBLIOTECA CENTRAL DE MARINHA (BCM-AH) (1878/1914), *Iate Sírius*, caixa 639, documentação avulsa, Lisboa, 1878/1914.
BIBLIOTECA CENTRAL DE MARINHA (BCM-AH) (1880), *Sírius – Diário Náutico*, núcleo 304, unidade de instalação 1, Lisboa, 1880.
BIBLIOTECA CENTRAL DE MARINHA (BCM-AH) (1980), *Palhaborde Sírius – Diário Náutico*, 4-VIII-3-3, Lisboa, 1980.
BIBLIOTECA CENTRAL DE MARINHA (BCM-AH) (1856/1909), *Real Associação Naval*, caixa 1157-6, documentação avulsa, Lisboa, 1856/1909.
CNOCA – Clube Náutico dos Oficiais e Cadetes da Armada (s.d.), <https://www.cno-ca.org/clube-nautico-dos-oficiais-e-cadetes-da-armada/historia/>, consultado em dezembro de 2025.
DIÁRIO DE NOTÍCIAS (1877), "Festa Naval", Lisboa, Domingo 15 de abril, N.º 4:010 – 13.º ano – 1877, p. 1.
DIÁRIO DE NOTÍCIAS (1877), "Sírius", Lisboa, Segunda-feira 15 de outubro, N.º 4:193 – 13.º ano – 1877, p. 1.
DIÁRIO DE NOTÍCIAS (1878), "Regata em Cascaes", Lisboa, Terça-feira 10 de setembro, N.º 4:520 – 14.º ano – 1878, p. 1.
DIÁRIO DE NOTÍCIAS (1878), "A Regata", Lisboa, Quarta-feira 11 de setembro, N.º 4:521 – 14.º ano – 1878, p. 2.
DIÁRIO DE NOTÍCIAS (1878), "A Regata", Lisboa, Quinta-feira 12 de setembro, N.º 4:522 – 14.º ano – 1878, p. 1.
DIÁRIO DE NOTÍCIAS (1878), "Regata em Cascaes", Lisboa, Segunda-feira 16 de setembro, N.º 4:526 – 14.º ano – 1878, p. 1.
DIÁRIO DE NOTÍCIAS (1878), "O Prémio que Sua Majestade a Rainha ofereceu ao Sírius", Lisboa, Terça-feira 17 de setembro, N.º 4:527 – 14.º ano – 1878, p. 1.
DIÁRIO DE NOTÍCIAS (1879), "A Regata em Cascaes", Lisboa, Terça-feira 16 de setembro, N.º 4:888 – 15.º ano – 1879, p. 1.
DIÁRIO DE NOTÍCIAS (1970), "Doca de Pedrouços – Um arrastão de pesca meteu no fundo o velho iate 'Sírius'", Lisboa, Sexta-feira 14 de agosto, N.º 37.514 – 106.º ano – 1877, p. 4.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS (1970), "Foi retirado do fundo o iate 'Sírius' – mas sem o corpo do guarda – o infeliz deve ter sido arrastado pela corrente Doca de Pedrouços", Sábado 15 de agosto, Lisboa, N.º 37.515 – 106.º ano – 1877, p. 4.
ESPARTEIRO, António Marques (1986), *Três Séculos no Mar (1640-1910) VII Parte Escunas e lates (1734 – 1905)*, Lisboa, Instituto Hidrográfico, 1986.
LUÍS, José Eduardo de Sousa (2023), *História da Vela em Portugal - Contributos da Família Real - 1670-1910*, dissertação de Mestrado em História Marítima, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2023.
MELO, Ana Homem de (2005), *Associação Naval de Lisboa – 150 Anos de História*, Lisboa, Associação Naval de Lisboa, 2005.
OLIVEIRA, Maurício de (1970), "Ainda flutua e navega um iate real português – O elegante veleiro Sírius construído há mais de 90 anos", em *Diário de Notícias*, Quinta-feira 22 de janeiro, N.º 37.312, 106.º ano – 1970, p. 5.
REIS, Estácio dos (1983), "O Sírius", em *Revista da Armada*, N.º 138, ano XII, março 1983, pp. 22 a 24.
REIS, Estácio dos (2005), "O Álbum do Sírius", em *Revista da Armada*, N.º 387, ano XXXIV, junho 2005, pp. 22 a 24.
REVISTA DA ARMADA (1984), "O 'Sírius' já está no museu", Lisboa, N.º 151, ano XIII, abril 1984, pp. 27 a 28.
ROCHETA, João Farrajota (2008), A "Velha Escola Naval – Com algumas extrapolações da vida de um 'velho' aspirante", Biblioteca Central de Marinha, Lisboa, 2008, p. 12.
RTP Arquivos (1957), "Visita de Sua Majestade a Rainha Isabel II – Parte I", <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/visita-de-sua-majestade-a-rainha-isabel-ii-parte-i/>, consultado em dezembro de 2025.
RTP Arquivos (1962), "Chegada do Navio Escola Sagres a Lisboa", <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/chegada-do-navio-escola-sagres-a-lisboa/>, consultado em dezembro de 2025.
WINTERMANTEL, José Leal (1915), *Noções Geraes sobre Construção, Aparelho e Manobra do Yacht*, Lisboa, Centro Tipográfico, 1915.

Entrevistas

PAES, José Castanho (2025), entrevista realizada na Academia de Marinha, Lisboa, 4 de fevereiro de 2025
MATOS, Jorge Semedo de (2025), entrevista realizada a bordo do NRP Sagres, Alfeite, 3 de novembro de 2025



REVISTA DA ARMADA

55 ANOS A REGISTAR A HISTÓRIA DA NOSSA MARINHA

Em 30 de abril de 1971, o Despacho Ministerial n.º 55 determinou a criação de uma publicação da Marinha que fosse lida "(...) com agrado pelos nossos oficiais, sargentos e praças."

Esta publicação é a **Revista da Armada**, cujo n.º 1 viu a luz do dia em julho de 1971. Na sua capa, o desenho do Comandante Raul de Sousa Machado, intitulado "Todos trabalhando pela Armada", representa uma Unidade Naval e as três categorias de militares, assim como um fuzileiro e um elemento civil. Na Nota de Abertura lê-se:

"Marinheiro

Esta Revista é-te especialmente destinada, embora se espere que ela interesse também a todos os quantos além de ti servem a Armada e dela fazem parte: oficiais, sargentos e funcionários civis (...)"

Ao longo dos seus 55 anos de existência, a **Revista da Armada** mantém-se fiel ao propósito enunciado na sua fundação, pois acreditamos que é a melhor forma de a manter como uma publicação viva e próxima dos seus leitores. Desde os militares e civis, já reformados, que gostam de recordar os anos em que serviram Portugal na Marinha, mas que continuam a acompanhar a evolução atual da "Briosa"; até aos jovens Marinheiros que encontram na Revista histórias onde, por vezes, os seus antepassados foram protagonistas, reavivando memórias de antigos Marinheiros, muitos dos quais já não se encontram entre nós.

Hoje, queremos acreditar que o n.º 619 da **Revista da Armada** continua a ser um "ponto de encontro" da Família Naval.

Uma palavra de sentido reconhecimento a todas as entidades e aos muitos colaboradores que, ao longo destes 55 anos, escreveram, e continuam a escrever, os artigos da **Revista da Armada**. A nossa Revista orgulha-se de ser um espaço onde todos têm lugar, onde todos contam. É assim que, entre os nossos colaboradores, temos militares de todas as categorias, bem como civis. Une-nos o gosto que temos pela Marinha e o sentimento que a **Revista da Armada** é de todos nós.

A todos, colaboradores e leitores, este 55.º aniversário também é vosso.

Da nossa parte, empenhados em cumprir a Missão, afirmamos o nosso compromisso de prosseguir em cada edição a Visão do Almirante Pereira Crespo:

"Contribuir para o fortalecimento do espírito de corpo que sempre caracterizou a nossa Marinha e ao qual estão ligadas as virtudes e as tradições navais."





O CONTEXTO ESTRATÉGICO E O FUTURO DO PODER NAVAL

INTRODUÇÃO

Este artigo começará por uma abordagem sucinta ao contexto estratégico atual, refletindo sobre três dinâmicas do ambiente securitário: o recrudescimento da confrontação geoestratégica; o aumento das ameaças securitárias; e o crescimento das calamidades naturais.

Tendo presente esse contexto, deduzirei três tendências, que irão caracterizar o futuro do poder naval: o reforço do potencial de combate; o crescimento do empenhamento em missões de segurança marítima; e a valorização das missões de assistência humanitária.

Nesse quadro, refletirei sobre os **três paradigmas de planeamento estratégico** que vêm sendo adotados pela Marinha Portuguesa: o **equilíbrio na edificação de capacidades (Marinha equilibrada)**; a **eficiência estrutural (Marinha eficiente)**; e o **duplo uso no emprego operacional (Marinha de duplo uso)**.

Por último e antes das considerações finais, abordarei brevemente o paradoxo inerente ao facto de drones, de baixo custo e produzidos em massa, estarem a infligir, nos conflitos recentes, danos significativos em plataformas convencionais muito mais dispendiosas – enquadrando esse paradoxo na história da conflitualidade militar e apontando formas de o explorar ou de o contrariar (conforme adequado), no ambiente naval.

CONTEXTO ESTRATÉGICO

RECRUDESCIMENTO DA CONFRONTAÇÃO GEOESTRATÉGICA

Nos últimos anos, tem-se assistido a uma maior crispação nas relações internacionais e a um aumento da confrontação geopolítica e geoeconómica, com reflexos no plano militar, incluindo aumento dos investimentos em armamento convencional e modernização dos arsenais nucleares. Tudo isso num quadro de erosão do multilateralismo (muito evidente na decrescente relevância das organizações internacionais) e, simultaneamente, de crescente unilateralismo da potência dominante: os EUA.

Essa crispação tem-se traduzido no desrespeito pelo direito internacional, num claro desafio à ordem vigente no pós-II Guerra Mundial. Este é, pois, um mundo em que “os fortes fazem o que querem e os fracos sofrem o que devem”, como disse um general ateniense, nas imortais palavras que Tucídides lhe atribuiu.

Tal ambiente confrontacional está a ser marcado pela invasão da Ucrânia por parte da Rússia e pelos conflitos –

regionais, mas com efeitos globais – no Médio Oriente, que estão a ter consequências significativas no domínio marítimo, nomeadamente a afetação ou, mesmo, a interrupção do tráfego no Mar Negro e nos estreitos de Bab-el-Mandeb e de Ormuz, comprometendo os fluxos de bens e de energia, assim como a segurança alimentar.

Neste âmbito, releva-se que a atuação coerciva de alguns atores internacionais interessados em alterar a ordem vigente se tem materializado em ameaças híbridas, que se caracterizam por manter o nível de atuação abaixo do limiar do conflito, explorando as vulnerabilidades das sociedades ocidentais (ao nível do governo, da população e dos serviços e estruturas que os suportam), com recurso a uma vasta gama de métodos e meios: políticos, financeiros, informacionais, cinéticos e cibernéticos. Dessa forma, as ameaças híbridas são *a continuação da guerra por outros meios*, numa adulteração da máxima Clausewitziana de que *a guerra é a continuação da política por outros meios*.

AUMENTO DAS AMEAÇAS SECURITÁRIAS

Além disso, importa atender às instabilidades regionais nas Américas Central e do Sul, em África e no Médio Oriente – uma vasta área, que Thomas Barnett designou como “*non-integrating gap*” ou “*espaço não integrado*”, que se caracteriza por uma inserção deficiente na economia global e onde se localiza a maioria das guerras inter-estatais e civis, limpezas étnicas, massacres e produção de narcóticos, a par de pressões demográficas muito elevadas.

A instabilidade política e social nesses países, associada a disputas territoriais, ideológicas, étnicas ou religiosas, assim como à demanda de recursos naturais, favorece a radicalização e compromete a segurança regional, espalhando os seus efeitos até à Europa, sob a forma de criminalidade organizada, tráfico ilícito, terrorismo, proliferação de ar-



Foto Força Aérea Portuguesa

mamento e fluxos migratórios desordenados. Todas essas ameaças têm expressão nos oceanos, onde a dimensão dos espaços e a porosidade das fronteiras nunca permitirão a vigilância e o patrulhamento adequados, propiciando outras atividades ilícitas, como a pesca ilegal, não declarada ou não regulamentada, e a pirataria marítima.

Neste âmbito, merece particular referência o tráfico de drogas por mar, que – além de uma aparente intensificação – tem vindo a usar técnicas e procedimentos mais sofisticados, como o recurso a submersíveis, cabendo salientar que, desde março de 2025, foram apreendidos (em alto mar, mas em espaço estratégico de interesse nacional) os primeiros três narco-submarinos, em operações colaborativas entre a Polícia Judiciária, a Marinha e a Força Aérea.

CRESCIMENTO DAS CALAMIDADES NATURAIS

Em paralelo, as alterações climáticas e a degradação ambiental têm provocado um aumento na frequência e severidade dos desastres naturais, com particular incidência no litoral e com graves consequências na segurança e bem-estar das populações. Recordamos as intempéries que assolaram o nosso país neste inverno, com tempestades de ventos superiores a 200 km/h, que provocaram uma destruição inimaginável na região centro, e cheias de grande dimensão.

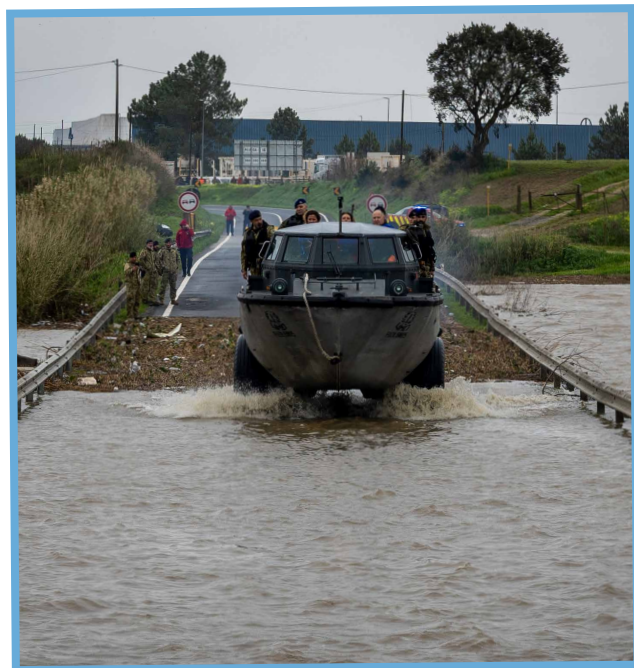


Foto SCH A Ferreira Dias

Além disso, a pandemia de covid-19 foi também um alerta para os perigos da degradação da relação do Homem com a Natureza. Ao invadir *habitats* sem presença humana, o homem aumenta a proximidade a animais vetores de doenças, elevando a probabilidade de surtos virais. As próprias alterações climáticas trazem insetos que transmitem doenças, como a malária, o dengue, a febre amarela e o zika, para áreas onde não são endêmicos e durante períodos mais alargados, aumentando os riscos biológicos e a probabilidade de epidemias ou pandemias.

FUTURO DO PODER NAVAL

Estas dinâmicas do contexto de segurança global merecem um olhar atento na perspetiva do poder naval, permitindo deduzir três tendências.

REFORÇO DO POTENCIAL DE COMBATE

Em primeiro lugar, a dinâmica confrontacional anteriormente destacada obriga a reforçar o potencial de combate das unidades operacionais mais vocacionadas para missões de alta intensidade, assegurando que estão preparadas para enfrentar os desafios contemporâneos, protegendo a soberania nacional e cumprindo os compromissos internacionais, nomeadamente no seio da Aliança Atlântica e do seu pilar europeu.

Isso implica assegurar: a **disponibilidade** material dessas unidades; o **treino** do pessoal para operações de alta intensidade; e uma elevada **prontidão** para empenhamentos em qualquer cenário.

Neste quadro, assumem particular relevância:

- Fragatas de Nova Geração (dotadas de boa capacidade de defesa anti-aérea, anti-submarina e anti-drone, e equipadas com helicópteros orgânicos e veículos não tripulados), que assegurem uma capacidade credível de controlo do mar, seja para o exercício da soberania nacional nos seus espaços marítimos, seja para o cumprimento dos compromissos perante as organizações internacionais que o país integra;
- Submarinos, que garantem um poder de dissuasão ímpar e imprescindível, no Sistema de Forças Nacional;
- Navios-reabastecedores, que proporcionam autonomia de atuação no mar e alavancam a capacidade expedicionária; e
- Forças e unidades de fuzileiros, que sustentam a capacidade expedicionária da Marinha, para defesa de interesses autónomos.

CRESCIMENTO DO EMPENHAMENTO EM MISSÕES DE SEGURANÇA MARÍTIMA

A segunda dinâmica do contexto estratégico (aumento das ameaças securitárias) implica uma maior prioridade para missões de segurança marítima, direcionadas ao combate ao terrorismo, à proliferação de armamento, ao narcotráfico, às redes de migração irregular, à pirataria e à proteção dos recursos naturais, incluindo nas Áreas Marinhas Protegidas. Para a prossecução destas tarefas, serão fundamentais os novos Navios de Patrulha Oceânicos em construção em Viana do Castelo, bem como os meios que, no final do Séc. XIX, a Jeune École francesa, sem qualquer desprimor, batizou como a “poeira naval” (ou “*poussière navale*”, no original em francês) – metáfora para descrever navios de pequeno porte que fazem um trabalho inestimável, de presença permanente e de atuação em proximidade, exercendo a autoridade do Estado no mar.

Reforçar a segurança marítima implicará, também, o fortalecimento da articulação entre a Marinha e a Autoridade Marítima Nacional, peça-chave no modelo de duplo uso português.



VALORIZAÇÃO DAS MISSÕES DE ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA

A terceira dinâmica do ambiente securitário (crescimento das calamidades naturais) obriga a valorizar, cada vez mais, as missões de assistência humanitária e de apoio militar a emergências civis, até porque as forças navais e anfíbias possuem características distintivas que as tornam extremamente úteis nessas situações, como prontidão, mobilidade, autonomia, flexibilidade e acesso privilegiado e, por vezes, exclusivo, a áreas afetadas por catástrofes, fruto da mais-valia da possibilidade de projeção do mar para terra.

No presente e no futuro, essas missões devem deixar de ser encaradas como uma espécie de bônus que as marinhas disponibilizam para apoio à proteção civil, quando necessário e quando os meios navais e as forças de fuzileiros não estão empenhados noutras tarefas, para serem encaradas como missões integrantes do núcleo do poder naval. Cabe recordar que os Açores e a Madeira têm sido historicamente fustigados por catástrofes naturais, exigindo atenção particular em sede de planeamento de forças e de planeamento operacional.

PARADIGMAS DE PLANEAMENTO

Tendo presente o contexto estratégico sucintamente descrito e as tendências que se perspetivam para o poder naval, far-se-á, de seguida, uma reflexão sobre os paradigmas de planeamento que vêm sendo adotados para a edificação, a estruturação e o emprego das capacidades navais nacionais – os paradigmas da *Marinha equilibrada*, *eficiente* e de *duplo uso* – que se mantêm genericamente válidos, embora a introdução de novas tecnologias justifique algumas evoluções e ajustes conceptuais, que procurarei explicar.

MARINHA EQUILIBRADA

Começando pelo paradigma da *Marinha equilibrada*, ele assenta na edificação de um leque alargado de capacidades para responder a ameaças diversificadas e frequentemente

inesperadas – contrapondo-se à Marinha especializada, que é uma marinha limitada a algumas capacidades, sem forças e meios para intervir perante o leque mais alargado de riscos e de ameaças.

Importa destacar que o conceito de *Marinha equilibrada* se aplica, não só à edificação harmoniosa das múltiplas capacidades da componente naval, que designarei como “equilíbrio horizontal”, mas também a um “equilíbrio vertical” entre meios clássicos, mais dispendiosos e de conceção e construção mais demorada (como fragatas, submarinos e reabastecedores, entre outros) e meios tipicamente assimétricos, mais baratos e produzidos rapidamente e em massa (com destaque para drones).

Surgem assim dois conceitos complementares:

- ***Marinha equilibrada horizontalmente***, que corresponde à ideia tradicional de Marinha equilibrada, dotada de capacidades para as várias missões e tarefas do poder naval; e
- ***Marinha equilibrada verticalmente***, com um balanço entre dois tipos de meios, dentro das capacidades a edificar para cada missão ou tarefa:
 - Por um lado, meios clássicos, de maior custo e vocacionados para a dissuasão, a projeção de força e, em particular, o **controle do mar**, sobretudo em espaços oceânicos, permitindo o pleno exercício da soberania nacional. Estes meios constituem aquilo que se pode designar por **capacidades convencionais**; e,
 - Por outro lado, meios assimétricos, de baixo custo, mas de grande letalidade (com preponderância de meios autónomos), produzidos em massa e nalguns casos adaptados do mercado civil, capazes de infligir perdas e provocar desgaste substancial, sobretudo em mares confinados e junto ao litoral, o que os vocaciona essencialmente para a **negação do mar**. Estes meios consubstanciam aquelas que se podem designar por **capacidades disruptivas**.



Foto SCH A Ferreira Dias

O cerne desta distinção não é o facto de os meios serem tripulados ou não, pois tanto as *capacidades convencionais*, como as *capacidades disruptivas*, poderão incluir meios de ambas as tipologias – embora as *capacidades disruptivas* tenham uma grande predominância de sistemas autónomos, enquanto as *capacidades convencionais* são constituídas, nos atuais sistemas de forças, essencialmente, por plataformas tripuladas (apesar de já existirem, por exemplo, submarinos não tripulados bastante capazes e sofisticados). Com efeito, a distinção entre *capacidades convencionais* e *capacidades disruptivas* tem a ver, sobretudo, com três aspetos: o grau de (as)simetria do meio; o custo; e a rapidez de produção.

Feita esta breve sistematização, não me parece que o futuro do poder naval deva ser planeado numa perspetiva binária, de 0s ou 1s, mas antes numa perspetiva balanceada, entre *capacidades convencionais* e *disruptivas*.

Assim, por um lado, as especificidades dos nossos espaços marítimos (muito vastos e agrestes) e o tipo de presença que neles importa exercer (vacionada para o controlo do mar) obrigarão a dispor de meios navais pesados, capazes de atuar num largo espetro de empenhamentos, a longas distâncias e, se necessário, em condições adversas, para garantir o uso do mar por Portugal.

Por outro lado, é fundamental continuar a apostar nas novas tecnologias, dando seguimento a bem-sucedidas iniciativas recentes da Marinha Portuguesa, como:

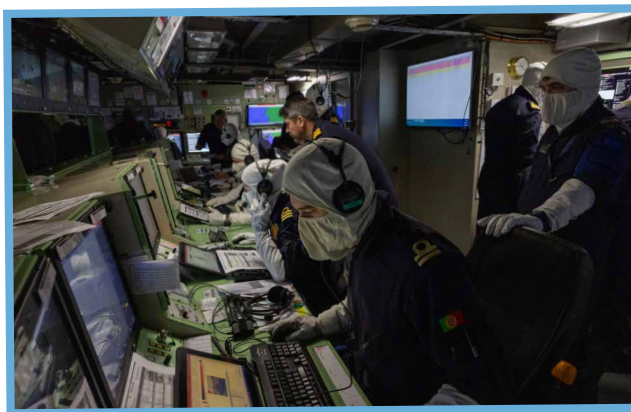
- A organização do maior exercício do mundo de sistemas marítimos não tripulados: o *Robotic Experimentation and Prototyping with Maritime Unmanned Systems* (REPMUS);
- A criação da Célula de Inovação e Experimentação Operacional de Sistemas Não Tripulados (CEOV);
- A criação do Centro de Experimentação Operacional da Marinha (CEOM), e, em paralelo, da Zona Livre Tecnológica “Infante D. Henrique”, em Tróia; e
- O lançamento do primeiro navio porta-drones concebido originariamente como tal: o NRP *D. João II*.

A respeito da implementação das *capacidades disruptivas*, gostaria de deixar duas notas. Primeiro, a sua plena adoção tem de assentar numa cultura de inovação, promovida e estimulada em toda a organização, que se baseie na assunção de riscos, na aceitação de falhas e na aprendizagem rápida (*fail fast, learn fast*). Segundo, estas tecnologias estão a alterar drasticamente a forma de conduzir as operações militares, instituindo novos paradigmas, para os quais é necessário planear na atualidade. Tal requer avaliação cuidadosa dos aspetos éticos e legais e do papel do homem neste âmbito, pois estas tecnologias evoluem mais depressa que o enquadramento ético-legal necessário, nomeadamente o direito internacional dos conflitos armados, acarretando riscos, que é preciso prever, mitigar e gerir.

Em suma, a opção do futuro não deverá ser entre *capacidades convencionais* ou *capacidades disruptivas*, mas sim uma opção que combine umas e outras, pois se parece evidente que os empenhamentos do futuro vão ter uma cada vez maior participação de meios disruptivos (sobretudo de

sistemas autónomos), também me parece claro que eles não serão suficientes *per se*, nomeadamente em espaços oceânicos, pelo que continuaremos a necessitar de meios convencionais, para garantir uma dissuasão naval credível, um exercício efetivo da soberania nacional no mar português e uma capacidade real de projeção de força e, sobretudo, de controlo do mar.

Noutro plano, a plena utilização das capacidades navais requer a existência de pessoas, capazes de manter e de operar os meios ou equipamentos necessários à prossecução dos objetivos militares, o que constitui um desafio de monta devido à reduzida predisposição dos jovens para a vida militar e à falta de atratividade da carreira nas Forças Armadas. Isso é particularmente notório na categoria de praças e em algumas áreas, como as engenharias e a saúde militar, em que se sente grande dificuldade em recrutar e em reter, face à concorrência do mercado de trabalho privado.



Este desafio vai-se acentuar no futuro, devido à tendência de redução da população portuguesa, que fará diminuir o universo de recrutamento. Assim, considerando que esse universo de recrutamento se centra na Geração Z (composta por nativos digitais nascidos entre 1997 e 2012), uma geração aberta, inclusiva, hiperconectada, envolvida em causas ambientais, sociais e civis, esses devem ser vetores a explorar nos processos de divulgação e de recrutamento.

MARINHA EFICIENTE

Quanto ao segundo paradigma, ele prescreve, no domínio estrutural, uma *Marinha eficiente*, designadamente no que respeita aos três ativos intangíveis essenciais para qualquer estratégia (identificados por Kaplan e Norton no *Balanced Scorecard*): o *capital humano*, o *capital organizacional* e o *capital informacional*.

Relativamente ao primeiro, a Marinha terá de manter um *capital humano* qualificado e motivado, incentivando a valorização da *condição militar*, o que implicará melhorar as condições de prestação de serviço em áreas críticas, como:

- A componente remuneratória, prossequindo a trajetória recente de adequação dos vencimentos aos de outras profissões de referência, através do reconhecimento e da recompensa de situações particulares de prestação de serviço, que acarretam penosidade, exigências e restrições suplementares, com destaque para o embarque;



- A disponibilização de alojamento condigno e a melhoria das condições nos espaços de trabalho e de convívio, que necessitam de ser adequados aos padrões de vida atuais;
- A flexibilização das carreiras, criando percursos profissionais diferenciados que se afastem dos padrões do passado, proporcionando melhor conciliação da vida profissional com a vida familiar e pessoal; e
- A formação e qualificação personalizadas, potenciando as oportunidades de desenvolvimento pessoal ao longo da carreira.

No que respeita ao *capital organizacional*, é necessário consolidar a racionalização estrutural, concentrando unidades administrativas e logísticas, onde exequível.

Já no âmbito do *capital informacional*, importa efetuar uma transição digital que ultrapasse a componente tecnológica e que alavanque toda a transformação institucional, recorrendo aos modelos mais avançados de Inteligência Artificial, nomeadamente *Inteligência Artificial Generativa* e *Inteligência Artificial Agêntica*, para otimizar os processos internos e apoiar as pessoas, não só nas tarefas rotineiras, como também na resolução de problemas mais complexos.

MARINHA DE DUPLO USO

Finalmente, no domínio operacional, o paradigma da *Marinha de duplo uso* assenta na capacidade de atuação militar, dirigida essencialmente à dissuasão e à defesa nacional, e de atuação não militar, direcionada sobretudo para a segurança marítima e o apoio militar a emergências civis, abrangendo, também, tarefas no âmbito das ciências do mar e da cultura marítima. Tal implica potenciar a versatilidade das capacidades da componente naval do Sistema de Forças, otimizando a sua capacitação para o emprego em todo o espectro de empenhamentos.

Neste entendimento, o duplo uso é eminentemente unidirecional, empregando capacidades edificadas para o ex-

tremo superior do espectro das operações em missões não militares – não é bidirecional, pois o contrário (usar meios vocacionados para missões de baixa intensidade em missões de alta intensidade) não é aplicável.

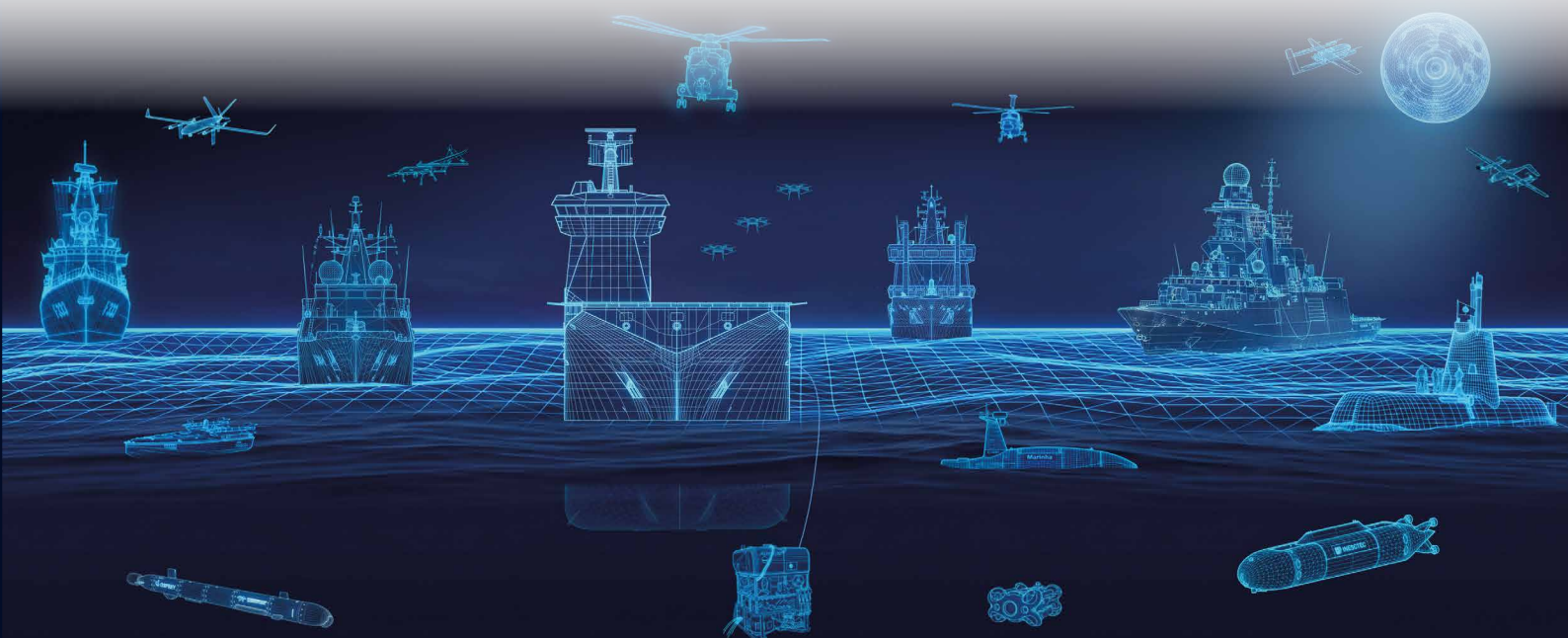
Esta é a perspetiva do *duplo uso horizontal*, mas – tal como no domínio genético – também no domínio operacional devemos acrescentar uma segunda dimensão, em que, tanto na atuação militar, como na atuação não militar, será fundamental combinar o trabalho em equipa de meios tripulados e de sistemas não tripulados ou autónomos, consubstanciando um duplo uso vertical, que corresponde ao conceito de *Manned-Unmanned Teaming*, que tem vindo a ser desenvolvido na estratégia militar.

Neste conceito, os sistemas não tripulados ou autónomos efetuam as tarefas que a comunidade da robótica designa como “*Dull, Dirty and Dangerous*” (os três “Ds”, que remetem para as tarefas aborrecidas, sujas e perigosas), enquanto os meios tripulados aportam maior capacidade de sobrevivência, versatilidade e flexibilidade, beneficiando da criatividade e da capacidade de abstração humanas, para pensar para além dos algoritmos. Assim, o princípio subjacente deve ser o de usar a combinação entre meios autónomos/não tripulados e meios tripulados que, para cada missão, melhor proporcione os efeitos desejados, recorrendo a meios autónomos ou não tripulados, sempre que possível (dessa forma, minimizando riscos humanos e custos políticos), e empregando meios tripulados, quando necessário.

Uma exemplificação prática deste conceito é a utilização de sistemas não tripulados ou autónomos como meios orgânicos dos navios – como acontecerá no futuro NRP *D. João II* (que será um exemplo paradigmático de *Manned-Unmanned Teaming*).

DAVID E GOLIAS

Antes de concluir, justifica-se uma breve reflexão sobre um paradoxo que os conflitos mais recentes têm acentua-



do: o facto de equipamentos assimétricos, designadamente drones, de baixo custo e produzidos em massa, estarem a infligir danos significativos em plataformas clássicas e muito mais dispendiosas.

Isso não é propriamente uma novidade, pois a história militar revela que os atores mais fracos sempre tentaram contrariar os atores mais fortes empregando táticas e meios irregulares ou assimétricos. Neste quadro, o historiador Ivan Arreguín-Toft já tinha notado, no seu livro *How the Weak Win Wars: A Theory of Asymmetric Conflict* (2005), que, ao longo da história dos conflitos militares, os mais fracos foram tendo crescente sucesso perante os mais fortes. Esta maior capacidade de os Davides se superiorizarem aos Golias resultou da progressiva introdução de ferramentas cada vez mais disruptivas e letais por parte dos atores mais fracos. Tal tendência acentuou-se na atualidade, com a proliferação dos drones de baixo custo, produzidos em massa, facilmente acessíveis a múltiplos atores, estatais e não estatais, e com poder destrutivo continuamente maior.

Neste contexto, Portugal deve saber tirar partido das "armas" que mais beneficiam os Davides, como explanado acima, enquanto preserva a capacidade de empregar operacionalmente as suas capacidades associadas aos Golias do domínio marítimo. Assim, para contrariar ou mitigar o paradoxo acima referido, designadamente no âmbito das operações navais, é essencial adotar algumas medidas, centradas em três vetores: proteger, detetar e contrariar, designadamente:

- Proteger as *capacidades convencionais*, não as expondo em áreas onde ficam mais vulneráveis, pois se, junto à costa e em espaços confinados (*green waters*), a vantagem é claramente das *capacidades disruptivas*, o mesmo não acontece em alto mar (*blue waters*). Assim, as unidades navais clássicas devem evitar expor-se e, a partir de uma distância de segurança, projetarem os seus meios orgânicos (designadamente, helicópteros e sistemas autónomos e não tripulados) e as suas armas, para produzir os efeitos pretendidos;
- Desenvolver capacidades eficazes de deteção de drones, nomeadamente radares e sonares otimizados para o efeito;
- Desenvolver medidas de *soft kill* e de *hard kill* para contrariar drones, como: empastelamento; armas de energia dirigida (laser e eletromagnéticas); drones anti-drone; sistemas de armas de defesa próxima (*Close-In Weapons Systems*); e, em *ultima ratio*, mísseis – embora estes últimos sejam pouco económicos perante drones de baixo custo.

Assim, da mesma maneira que as *capacidades disruptivas* vão sendo aperfeiçoadas para causar o maior dano possível nas *capacidades convencionais*, também estas vão sendo desenvolvidas para contrariar as primeiras. E neste jogo do gato e do rato, prevalecerá quem encontrar maneira de usar as suas *capacidades disruptivas*, ao mesmo tempo que contraria eficazmente as do contendor, conseguindo, dessa forma, tirar o maior partido das suas *capacidades convencionais*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluir, gostaria de reiterar que temos assistido a profundas alterações no ambiente estratégico, com intensificação de ameaças no plano securitário, designadamente ameaças híbridas.

E se as ameaças são eminentemente híbridas, também a resposta do poder naval deve ser adaptada e equivalente, devendo as marinhas edificar-se, organizar-se e atuar como *marinhas híbridas*.

Para isso, no plano genético, as marinhas devem desenvolver, complementarmente, *capacidades convencionais* e *capacidades disruptivas*, o que implica:

- Planear a 3 décadas, ao mesmo tempo que se encurtam os ciclos iterativos de inovação, de forma a incorporar novas soluções, produtos ou métodos em 3 dias;
- Investir em capacidades mais dispendiosas, a edificar no quadro da Base Tecnológica e Industrial de Defesa, enquanto se aposta, internamente, na prototipagem rápida e de baixo custo; e
- Combinar meios sofisticados com equipamentos produzidos em massa, muitas vezes oriundos do mercado civil, *i.e.*, *Commercial Off the Shelf* (COTS).

O equilíbrio entre *capacidades convencionais* e *capacidades disruptivas* não é fácil, mas a eficiência estrutural e a eficácia operacional exigirão o domínio de ambas.

Dessa forma, no plano estrutural, importa melhorar as condições de prestação de serviço do pessoal (*capital humano*), racionalizar estruturas (*capital organizacional*) e acelerar a transição digital (*capital informacional*).

Além disso, no plano operacional, é fundamental otimizar a colaboração entre sistemas tripulados e não tripulados, dando corpo ao conceito de *Manned-Unmanned Teaming*: empregando, sempre que possível, sistemas *unmanned* e recorrendo, quando necessário, a sistemas *manned*.

Uma marinha com estas características conseguirá responder melhor às principais ameaças que afetam a nossa segurança coletiva, salvaguardando os interesses de Portugal e os valores que partilhamos com os nossos aliados, tendo sempre presente a primordial missão institucional: *Garantir a dissuasão, a defesa militar e o apoio à política externa; Contribuir para a segurança e a autoridade do Estado no mar; e Apoiar o desenvolvimento económico, científico e cultural do país.*



Nuno Sardinha Monteiro
CALM

Este artigo é uma versão condensada e adaptada do texto com o mesmo título apresentado na Escola Naval, em 16 de abril de 2026, na Sessão de Abertura do Seminário que assinalou os 405 anos do Corpo de Fuzileiros, sob o tema "Os desafios globais de segurança e os novos conceitos de emprego de forças anfíbias".



FERNÃO LOPES

A EXCELÊNCIA DA CRÔNICA HISTÓRICA

Gentes,
Monumentos
e Acontecimentos

18

Fernão Lopes¹, além de um extraordinário cronista historiador, tinha uma escrita cuidada e criativa, de requinte estético até², e o seu trabalho, também como Guarda-Mor dos Livros do Reino³ e Guardador das escrituras do Tombo⁴, um cargo que lhe traria autoridade na Corte, é absolutamente fundamental para se perceber Portugal, o seu sistema político, jurídico e social, mas também a Península e a Europa Quatrocentista, uma época de transição, determinante na história da Humanidade. Quando recordamos o Ilustríssimo Fernão Lopes, quer seja num texto de historiografia clássica analítica, quer referindo-nos às suas soberbas qualidades estilísticas e literárias, homenageamos não apenas o venerando cronista de D. João I e da Dinastia de Avis, mas o maior escritor Português da Idade Média e, sem dúvida, um dos mais ilustres da Europa dos Sécs. XIV e XV, uma época em que o Humanismo era já emergente na Europa ocidental.

O Cronista, após a conquista de Ceuta, tornou-se um *valido* do Rei e uma figura central nos quadros da Corte e da Casa Real⁵ – muito por influência do Infante D. Fernando⁶ que pretendia que se instituisse um Arquivo Real⁷ para preservação da documentação antiga e essencial do Reino⁸ –, substituindo, ao que se sabe em 1418⁹, Gonçalo Gonçalves¹⁰ como Guarda-Mor das escrituras do Reino¹¹, no Tombo, tornando-se, no ano seguinte (1419) Escrivão dos Livros de D. João I.



Foto © Kulkova Daria / Shutterstock

D. Duarte, em 1434, nomeá-lo-ia Cronista-Mor do Reino. Da listagem dos Guardas-Mores, que se iniciou com João Anes em 1387¹², fazem parte ilustríssimos nomes como Gomes Eanes de Zurara, Vasco Fernandes de Lucena, Rui de Pina, Damião de Góis, António de Castilho e Manuel da Maia.

Conhecido pelo seu rigor e método analítico dos muitos documentos que pesquisava, e que tinha ao seu dispor nos Arquivos Reais, dando também protagonismo a fontes e à voz popular e não se restringindo a destaques e evidências de feitos Reais e aristocráticos, Fernão Lopes foi um investigador incansável durante toda a sua vida, sendo que a sua reputação apenas foi recuperada muito mais tarde, já no Séc. XIX, onde foi reconhecida toda a sua colossal prestação para o conhecimento histórico-medieval, tendo-o Alexandre Herculano qualificado como o *pai da História Portuguesa*.

Discutindo-se, muitas das vezes, se o Ilustre Cronista teve uma visão imparcial do que relatava, é de facto importante relevar que o seu sentimento de narrador histórico o situa numa visão das Vilas contra os Castelos¹³, dos Portugueses contra os Castelhanos, do pulsar popular e burguês contra D. Fernando o que, atenta a conjuntura enquadrante dos acontecimentos de então¹⁴, não faz do sublime pensador que Fernão Lopes também foi um leitor parcelar e *vassalo* de interesses. Até porque, como igualmente se sabe, os cronistas de França¹⁵ e da Flandres muitas das vezes eram, no geral, meros *repetidores* dos feitos dos senhores para os quais trabalhavam e que lhes davam protecção, até desconsiderando os intensos movimentos populares que naquelas Nações decorriam¹⁶. Ao invés, Fernão Lopes percepcionou, no seu tempo, todo o movimento social transformador, com ele se identificando até¹⁷, conseguindo manter uma visão acutilante, incisiva, de senso crítico, e até numa abordagem progressista, nunca deixando de ter um sentido de rigor e de respeito à autenticidade de fontes e documentos¹⁸.

É, precisamente, por todas essas dimensões que se impõe falar de Fernão Lopes, o grande impulsor da historiografia nacional.

ENQUADRAMENTO HISTÓRICO E ANTECEDENTES

Em Portugal, a primeira fase de registo histórico eram os Anais, tidos como registos de conhecimentos, de feitos da Realeza, de anotações e listas de eventos e descrição de acontecimentos em formato de colectânea e que, com o tempo, eram objecto das chamadas interpelações e de sucessivos acréscimos. Manuscritos em latim, eram concebidos, fundamentalmente, nos mosteiros, e constituíam, muitas das vezes, comunicações enquadradas num contexto interpretativo segundo dogmas religiosos, reflectindo acontecimentos eclesiásticos e regionais¹⁹, no quadro do Teocentrismo medieval. Os mais antigos são os escritos no *scriptorium* do Mosteiro de Santo Tirso de Riba D'Ave ainda nos finais do Séc. XI²⁰, integrando os designados *Annales Portucalenses Veteres*, bem como os textos dos Mosteiros de Salvador do Grijó, de 1111, de Santa Cruz de Coimbra²¹ e de São Mamede do Lorvão²², estes, já nos últimos quartéis do Séc. XII²³.

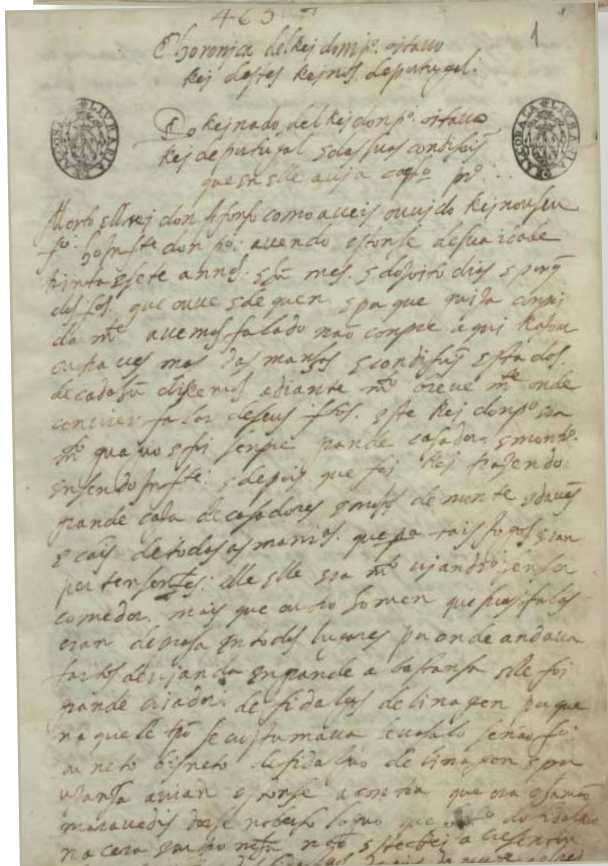
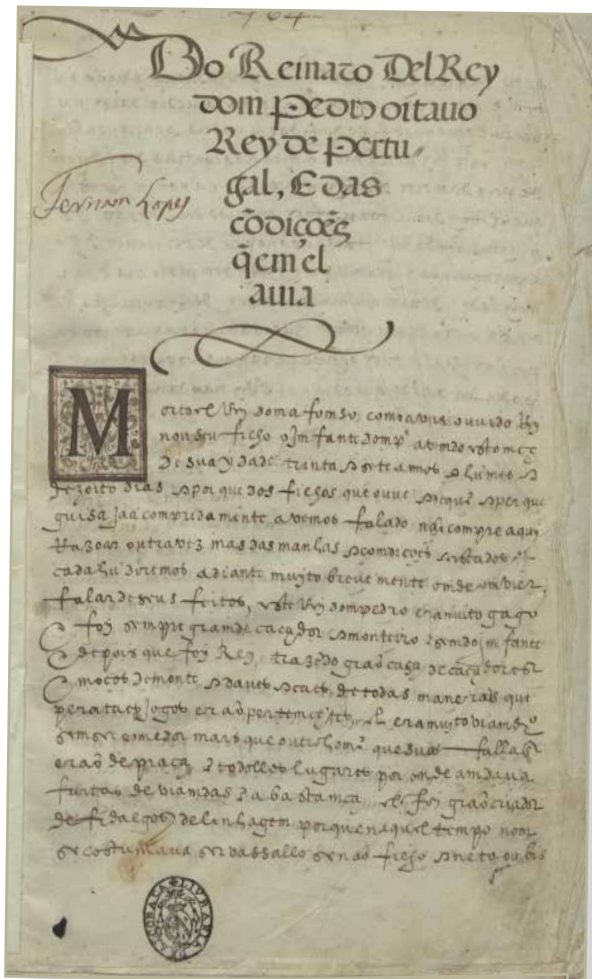
Os *Annales* constituíram a raiz anciã do que seriam os Livros de Linhagens, que documentavam as histórias de famílias e que, em geral, também tinham como objectivo contrariar a reforma centralizadora desenvolvida já no Séc. XIV. Neste contexto, é importante salientar a contribuição do 3.º Conde de Barcelos, D. Pedro²⁴, que terá tido a primeira configuração de *fazer* história em Portugal, ainda que numa perspectiva de abordagem mais *senhorial* do que Régia, tendo sido, além da autoria do Livro de Linhagens²⁵, o autor da *Crónica Geral de Espanha* de 1344, uma obra que já tem, claramente, um cariz historiográfico²⁶ que se verá mais tarde na linha de estudo e escrita de Fernão Lopes²⁷.

A própria *Crónica de Portugal*, abrangendo a narrativa sobre os 7 primeiros Reis de Portugal, já terá tido a intervenção do Ilustre Cronista, notando-se – ainda que com cariz genealógico – uma avaliação historiografada sequencial e não um conjunto de anotações de tipo *memorialístico*, portanto, já com o sentido epistemológico assumido pelos futuros cronistas. Fernão Lopes desenvolveria, aliás, na sua expressão criativa muito peculiar e cuidada²⁸, o registo narrativo antes adoptado pelo Conde D. Pedro, direccionando, contudo, a sua investigação para o protagonismo político da relevância da *centralidade* Real de Avis.

O PERCURSO DE FERNÃO LOPES, A ÉPOCA HISTÓRICA E A CRÓNICA DE D. JOÃO I

Como acima referido, o Cronista foi empossado como Guarda-Mor²⁹ da Torre do Tombo em 1418, sendo que, ainda em vida de D. João I, foi encarregue de fazer a história, em Crónica, dos Reis de Portugal, aliás desde o Conde D. Henrique³⁰, atribuindo-lhe D. Duarte, em 1434, uma renda vitalícia de 14.000 réis. Fernão Lopes não se escusava de relatar os acontecimentos tal como os via e percepcionava, sendo que, por exemplo, no muito instável ano de 1439, com as rebeliões do povo e da burguesia lisboeta contra a classe dominante, e a *eleição* de D. Pedro como Defensor do Reino e Regedor, o Cronista encontrava-se, precisamente, a escrever a primeira parte da Crónica de D. João I, para o que assumia na *revisão* e relato do passado os factos a que ia assistindo e comentando no presente. Sabe-se, também, que o seu relato da expedição do Infante D. Henrique ao Norte de África e às *guerras africanas* não foi um comentário favorável, tanto mais que a perda do seu filho em Tânger em condições trágicas não terá certamente contribuído para a sua conotação com alguns desígnios do poder e com os caminhos de glorificação dos heróis que pela altura se assinalavam, e se acentuariam designadamente com Zurara³¹.

Eram tempos históricos peculiares, em que se deu uma notória mudança político-social, com a perda de influência das burguesias citadinas e do povo nas decisões do Rei, que então tinha uma Corte mais robusta, com novos e mais poderosos dignatários, valorizando-se e promovendo-se a nobreza heroica guerreira, numa cultura palaciana, que assegurava *conquistas* territoriais, a quem o Rei concedia dignidades, rendas e cargos. Em Fernão Lopes, contudo, e antes daquela fase, desde logo na Crónica de D. Pedro, verificamos a caracterização de uma relação sã do monarca com o povo, quase numa *familiaridade* próxima e interessada, com o Monarca empenhado em festas populares, fazendo de alguma forma notar um vínculo entre a Corte e



as Vilas – o Cronista retrata mesmo aquela época como um período de grande estabilidade³² –, como se relatasse um ideal, em que releva o senso comum das burguesias, ainda que o equilíbrio de forças entre os nobres detentores do poder e os habitantes das Vilas fosse, reconhecidamente, nos Séc. XIV e XV, de grande instabilidade.

Fernão Lopes relata, com a sua incisiva precisão, o notório aumento da importância económica dos novos burgueses mercadores, designadamente atentos os privilégios dados aos armadores das naus³³ e aos exportadores de bens e produtos, bem como a criação de um *seguro* marítimo contra os sinistros e perdas de navios³⁴, prova do exponencial crescimento do comércio marítimo de então, do qual o Rei auferia muito avultados rendimentos. Os seus comentários de índole político-social são de uma extrema utilidade para se compreender as transformações profundas sentidas já em Quatrocentos, designadamente ao relatar a famosa Lei das Sesmarias³⁵ e impactos que esta teve, uma vez que que a mesma tinha o objectivo de fazer retornar muita mão de obra às terras, o que contrariava o incremento que se pretendia para fomento das actividades comerciais marítimas, e também porque ao se transferirem para estas outras áreas, mercantis e mais urbanas, os trabalhadores deixavam de estar sob a sujeição do rigorosíssimo regime feudal do trabalho agrícola.

As Crónicas de Fernão Lopes, em toda a sua exuberância de escrita e de narrativa³⁶, são claramente motivadas, por um lado, pela justificação da revolução ocorrida em finais do Séc. XIV, na perspectiva dos que dela foram vencedores, mas, por outro, a voz que dá ao sentimento popular das Vilas e ao pulsar das assembleias dos artífices, mestres e demais membros do povo e das burguesias, quase participando, ele próprio, com as suas descrições, naquelas opiniões e intervenções, com elas se identificando. O rigor e exactidão documental que vemos em Fernão Lopes é o espelho da sua visão de uma época, sim, mas também a imagem de um historiador da busca da verdade, sem a preocupação prévia de agradar ao poder, o que não veríamos desta forma logo a partir de Gomes Eanes da Zurara, que privilegiou a notoriedade e a potenciação de heróis nacionais, ainda mais com o impulso histórico do processo expansionista e de conquistas territoriais e a procura de novas fontes de enriquecimento do Reino e das famílias mais poderosas, bem como o advento das burguesias ascendentes de mercadores, prestacionistas e banqueiros.

A leitura das Crónicas de D. Pedro, com toda a sua exuberante e focada crítica político-social, autêntica e crua³⁷, da Crónica de D. Fernando, com a descrição das guerras com Castela e das crises que se instalaram³⁸, e das extraordinárias Partes conhecidas da Crónica de D. João I, com todo o percurso da ascensão do Mestre e o apaixonado relato das insurreições, a questão das Cortes e Aljubarrota, são peças históricas de uma importância magistral para o conhecimento da Idade Média tardia nacional, e a sua leitura, por todo o impacto que a narrativa dos acontecimentos encerra, mas sobretudo pela fina película da sua crítica social e das acentuadas transformações ocorridas, deve ser de leitura obrigatória.

Não será, certamente, num breve artigo com estas características que se abarcará tudo o que será necessário comentar, e anotar, sobre o Ilustre Fernão Lopes³⁹, e toda a sua obra que, sublinhe-se, abrange cerca de 1700 páginas em 4 volumes de tipo *cronístico*.

Fernão Lopes, um humanista que deu consistência e *visibilidade* histórica ao lugar do homem na sociedade, é uma personagem de incontornável relevância, com uma dimensão absolutamente excepcional no plano da historiografia

nacional e europeia, e uma importância estrutural do Séc. XV, apenas comparável⁴⁰ a Luís Vaz de Camões⁴¹ no Séc. XVI, ao Padre António Vieira no Séc. XVII, a Eça ou Herculano no Séc. XIX ou a Pessoa no Séc. XX. O Ilustríssimo Cronista, bem como o nosso maior Poeta, são, contudo, indubitavelmente, os expoentes máximos de um nível superlativo de importância para a história nacional, sendo que o verdadeiro reconhecimento do sábio narrador do velho Tombo apenas se verificou nos idos altos do Séc. XIX sobretudo por via do venerando Herculano, tendo a sua obra

ficado séculos praticamente esquecida ou relegada para um valor relativo. Cabe-nos, por imperativo de homenagem ao que nos legou, e à sua erudição de filigrana, conhecer a sua obra e reconhecer a sua extraordinária relevância.



Dr. Luís da Costa Diogo
Diretor Jurídico da DGAM

N.R. O autor não adota o novo acordo ortográfico

Notas

¹ Um tabelião que terá nascido entre 1380 e 1390, com alguma probabilidade antes de 1387, eventualmente no Alandroal, sendo que os pais estariam, com grande probabilidade, ligados ao comércio marítimo.

² No que se distinguia, claramente, de outros célebres cronistas da época como sejam o próprio Pero López Ayala, mais antigo no tempo histórico, e o cronista Christophous, que terá sido um jurista que direcionou a sua obra para os primeiros anos da Dinastia de Avis.

³ Cargo em que foi sucedido por Gomes Eanes da Zurara.

⁴ Tombo é originário do termo grego *Týmbos*, referenciando arquivo, livros de volume, havendo várias explicações para a evolução do termo (*tombar* os livros, arquivar os livros).

⁵ Conforme entende o Ilustre Oliveira Marques no seu extraordinário "*Portugal na crise dos séculos XIV e XV – Nova história de Portugal*", IV, Presença, 1986.

⁶ O Infante Santo, martirizado cruelmente em Fez, até à sua morte em 1443. O filho de Fernão Lopes, mestre Martinho, um médico que era assistente do Infante morreu com ele no cativeiro.

⁷ Existe um Alvará de 1422 em que lhe é concedida a função de Escrivão da Puridade do Infante D. Fernando.

⁸ Cujo espólio estava centralizado na Torre do Tombo no Castelo de S. Jorge, em Lisboa, onde Fernão Lopes exercia as suas funções, a qual servia de arquivo aos documentos Reais.

⁹ O mais antigo documento formal que se conhece de Fernão Lopes.

¹⁰ D. João I definiu as atribuições de uma Guarda-Mor em carta dirigida a João Esteves, contador da cidade de Lisboa, comunicando-lhe "*ter encarregado a Gonçalo Esteves, seu contador da mesma cidade, pela confiança que dele tinha dever e procurar as escrituras dos Reinos, que estão na torre do Castelo da cidade de Lisboa*". O relevante cargo implicava que guardasse e velasse pela segurança da memória de que era responsável, mas igualmente que assegurasse a sua organização, de forma a poder ser consultada quando necessário. Ver desenvolvimentos na informação disponível sobre os Guardas-Mores do Reino do Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

¹¹ Que abandonaria apenas em 1454, já com avançada idade. Em 1459 ainda era vivo, porque existe um documento assinado por ele – em que deserdou um neto bastardo – com essa data.

¹² Prolongando-se por mais 454 anos até à nomeação de António de Oliveira Marreca em 1861.

¹³ Ver desenvolvimentos nos ensinamentos de José Hermano Saraiva, em "*História de Portugal*", Publicações Alfa, 1983, bem como na tese que defendeu em "*Fernão Lopes. Simplesmente a verdade*", A Alma e a Gente, 2003.

¹⁴ Sublinha-se que se estava em plena Idade Média nos inícios do Séc. XV.

¹⁵ Para maior desenvolvimento, ver, por exemplo, as *Chroniques* de Jean Froissart, e as suas descrições sobre a sociedade medieval e o culto da cavalaria, e toda a sua crítica agressiva e acutilante aos movimentos populares das *Jacqueries* (as violentas revoltas de 1358). Não obstante a sua narrativa parcelar, Froissart é, indubitavelmente, uma das grandes fontes históricas para os acontecimentos da primeira metade da Guerra dos Cem Anos.

¹⁶ E que desconsideravam ao ponto de as tipificar como meras arruaças com intenções destrutivas e malélicas.

¹⁷ O Cronista relata, em muitos trechos, com uma escrita *realista*, o sofrimento e a fome do povo de Lisboa.

¹⁸ O que era, aliás, próprio de um Tabelião e de conservador do Arquivo geral do Reino, como antes referimos.

¹⁹ De tipo *memorialístico*, conforme defende

²⁰ Fundamentalmente, produzidos entre 987 e 1079.

²¹ De 1169, havendo, ainda, documentos desta fase no Arquivo Municipal do Porto.

²² De 1118.

²³ Não cabe, naturalmente, no âmbito do presente artigo desenvolver este riquíssimo tema sobre a historiografia e registos medievais portugueses, pela muito significativa importância que sempre tem para os estudiosos deste período. Contudo, é importante realçar, ainda, a relevância dos *Annales Domni Alfonsi Portugalensium Regis*, cujos relatos e anotações incidiam sobre as reconquistas asturianas, até Afonso III, bem como feitos dos cavaleiros, direcionando-se depois para o Reinado de D. Afonso I.

²⁴ Pertencente à Casa de Portel e à Ordem do Hospital.

²⁵ Uma obra famosa, e fundamental para investigação, em termos da genealogia da época medieval.

²⁶ Em essência, trata-se da história dos Reinos da Península Ibérica nos seus inícios, passando pelos períodos de Afonso X e Afonso XI, acentuando todo o período da Reconquista e os primeiros Reinados em Portugal.

²⁷ Conforme ensina João Gouveia Monteiro. Para mais desenvolvimentos ver a sua obra "*Fernão Lopes. Texto e contexto*", Minerva, Coimbra, 1988.

²⁸ Sublinha-se que se estava nos primeiros quartéis do Séc. XIV, e que ainda se fazia sentir o peso da escrita monástica e escolástica.

²⁹ Se quisermos adoptar alguma analogia de função, seria, talvez, um chefe do Arquivo Geral do Estado.

³⁰ Segundo nos ensina António José Saraiva, na sua magistral obra "*As crónicas de Fernão Lopes*", Portugália Editora, Lisboa, 1969, toda esta parte da sua obra se perdeu, à excepção das Crónicas de D. Pedro e de D. Fernando, e bem assim a de D. João I, de que se conhece as primeiras partes. Damião de Góis, mais tarde, diria que o Cronista também escreveu a Crónica do Rei D. Duarte, sendo que esta foi substituída pelo seu sucessor Zurara, e entregue a Rui de Pina, cronistas que beneficiavam da confiança pessoal dos novos monarcas.

³¹ Em especial a partir da Batalha da Alfarrobeira, em 1449, onde se deu o confronto entre D. Afonso V e o Infante D. Pedro, Duque de Coimbra (que morreu na batalha), já surgiam novos cronistas e escrivães a glorificar a nobreza guerreira e os feitos do Infante D. Henrique, entendendo mesmo o Ilustre António José Saraiva, na obra citada, que "*Tudo leva a crer que uma parte da obra do velho cronista foi arrecadada e depois retocada e substituída por gente que merecia mais confiança dos novos governantes instalados a partir da batalha da Alfarrobeira, interessados em apagar a recordação de tempos ominosos para a nobreza (...)*".

³² Ainda que não tendo eliminado todos os males, sendo que as moedas tiveram baixa cunhagem, e assistiu-se mesmo a uma diminuição muito significativa (25%) do valor do marco da prata, como reflexo da baixa geral de preços que ocorreu depois da alta fictícia causada pela Peste, conforme nos revela Helena da Cruz Coelho no seu extraordinário "*D. João I*", reis de Portugal, Círculo de leitores, 2005.

³³ Aliás, é notório que o Cronista descreve com muito mais pormenor o ambiente marítimo e portuário do que propriamente o mundo rural, como defende Hermano Saraiva, dando importância, e pormenor, até a navios e a batalhas navais, o que é, de *per si*, indicador das suas raízes familiares.

³⁴ Para maior aprofundamento, ver o que desenvolvemos no "*Manual de Direito Internacional – Direito do Mar e Questões de Direito Marítimo*", TOMO II, Editora Petrony, 2022.

³⁵ De 28 de Maio de 1375, e pretendia, precisamente, fixar os trabalhadores nas actividades agrícolas devido à escassez de produção alimentar, também devido aos efeitos devastadores da Peste, e fomentar o acréscido despovoamento das áreas rurais.

³⁶ O Cronista nunca deixa, contudo, como ensina o Ilustríssimo António José Saraiva, de acentuar as irregularidades do casamento de D. Pedro e Inês de Castro e a consequente ilegitimidade dos Infantes D. João e D. Dinis, bem como na notoriedade que *dá* à já extensa má fama de Leonor Teles, no duvidar sobre a paternidade da sua filha D. Beatriz.

³⁷ Designadamente o vincar de traços de carácter – positivos e negativos – do Rei.

³⁸ Mas também da relevância das suas leis económicas, do fomento do comércio marítimo e da Companhia das Naus.

³⁹ O Instituto de Estudos Medievais, da Universidade Nova de Lisboa, desenvolveu o *Portal Fernão Lopes*, coordenado por Amélia Hutchinson e Maria João Branco – embora iniciado em 2010 por Teresa Amado –, envolvendo, entre outros focos de pesquisa de muito significativo interesse, a publicação integral da obra em língua inglesa, o que é extraordinário para historiadores e investigadores não nacionais.

⁴⁰ Sem esquecer, naturalmente, Gil Vicente, Sá de Miranda, Damião de Góis ou mesmo Fernão Mendes Pinto, mas a um nível talvez diferente.

⁴¹ Embora o sublime Poeta seja uma referência máxima, e única.



A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

MUSEU DE MARINHA

Oitenta anos passados desde o final da Segunda Guerra Mundial, o Museu de Marinha decidiu assinalar uma guerra em que Portugal se manteve oficialmente neutro, mas que, em última análise, participou ativamente, tanto no salvamento como no resgate de vidas do mar. Esta intensa atividade realizada na época, é muito semelhante ao que a Marinha/Autoridade Marítima desenvolvem atualmente, tanto no mar como em terra, e é algo quase desconhecido para o público em geral, português e estrangeiro.

A exposição temporária intitulada "Salvar vidas do mar (1939-1945)", que está a decorrer desde o dia 16 de janeiro até 18 de outubro, apresenta histórias, fotografias e objetos que abordam as quase seis mil vidas salvas do mar – principalmente no Atlântico, mas também no Oceano Índico. Estas vidas, de mais de uma dezena de países, foram salvas por navios portugueses – navios de guerra, mercantes ou de pesca – ou apoiadas nos territórios que, na altura, integravam Portugal.

A exposição inicia-se de forma a que os visitantes compreendam o contexto da época em várias marinhas, assim como, por exemplo, as histórias de alguns marítimos portugueses, que sofreram as agruras de terem sido afundados quando navegavam em navios dos Aliados. E, à medida que o visitante avança na exposição, e com o mundo em guerra, são apresentados diferentes tipos de interações entre os beligerantes e os navios portugueses. Entre estas interações contam-se não apenas os afundamentos mas, também, as inspeções que os navios nacionais foram alvo, no mar e em terra, de um país que dependia das ro-

tas marítimas para manter o império ligado. Naturalmente, que a importância das ligações marítimas de Portugal com o continente americano em especial, durante este conflito global, que facilitou a fuga de vários milhares de refugiados do velho continente devastado pela guerra, também não é esquecida. Neste âmbito, é destacado na exposição, o caso do navio de passageiros Serpa Pinto, ocorrido em 1944 que, num único episódio aborda as questões dos refugiados, dos navios inspecionados e das fatalidades.

Embora possa existir algum conhecimento prévio desta primeira parte, na segunda parte da exposição os visitantes ficarão a conhecer o importante papel que Portugal desempenhou no resgate e apoio a quase seis mil vítimas da guerra travada em todos os mares. Para ilustrar estas ações, foram selecionados dois episódios – o do navio Avila Star, no Atlântico, e o do navio *Nova Scotía*, no Oceano Índico, entre muitos outros.

Durante o período em que decorre a exposição, vão ser realizados vários eventos como conferências, lançamento de livros, uma exposição de modelismo sobre o tema e visitas guiadas.

Para terminar, importa realçar que, com uma percentagem anual de visitantes estrangeiros na ordem dos 75%, tanto a exposição, como o catálogo, têm textos em inglês.



Augusto Salgado
CMG

Diretor do Museu de Marinha

SALVAR VIDAS DO MAR

PORTUGAL NEUTRAL
NUM MUNDO EM GUERRA
1939-1945



HOMENAGEM AOS ANTIGOS COMBATENTES DE LAGARES DA BEIRA

De 23 a 30 de maio, Lagares da Beira homenageou os Antigos Combatentes da Guerra do Ultramar, com um conjunto alargado de iniciativas sob o tema “Ecos do Mato”.

De Lagares da Beira, cumpriram missão, nos três Teatros de Operações, mais de 80 lagarenses, a grande maioria no Exército, um na Marinha, já falecido, e outro nos paraquedistas, então ainda integrados na Força Aérea, felizmente sem mortes. Foi uma semana de memória, reflexão, respeito e gratidão para com todos aqueles que serviram Portugal.

Durante todo o período esteve patente uma exposição no Centro Comunitário de Lagares da Beira (CCLB), com fotos e testemunhos pessoais dos Antigos Combatentes e no dia 29 de maio teve, aí, lugar uma representação teatral do Grupo Juvenil de Lagares da Beira.

O ponto alto da Homenagem aos Antigos Combatentes ocorreu no dia 30 de maio, com um dia preenchido de momentos de grande significado e de celebração do legado de serviço público e de vontade de um futuro com sucesso, onde marcou presença, associando-se, a Delegação de Fuzileiros da Beira Alta, com o seu Guião transportado pelo seu Presidente Ilídio Magueija.

Pelas 10 horas, com a presença do Presidente da Junta de Freguesia de Lagares da Beira, João Neves, foram lembrados os já falecidos com uma romagem ao cemitério, com deposição de coroa de flores e os toques pela Fanfarra dos Bombeiros Voluntários de Lagares da Beira.

Seguiu-se o restante programa, da parte da tarde, com a atuação da Banda Filarmónica 1.º de Janeiro de Carragozela, de Seia, no CCLB, e o concerto pelo Quinteto de Metais da Banda da Armada, na Igreja Matriz de Lagares da Beira, seguido de homilia em memória e respeito, à qual se associou o Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, José Rolo.

As celebrações culminaram com a inauguração de um Mural de Homenagem aos Antigos Combatentes do Ultramar. A esta estrutura escultórica, vai ser adicionado um ferro, de uma unidade naval. A Marinha, desde o primeiro momento, associou-se a esta Homenagem, iniciativa nascida da comunidade e liderada pelo Sargento-chefe da Polícia Aérea, na Reserva, Jorge Guilherme e acarinhada pelas autoridades locais. A Liga dos Combatentes marcou presença com quatro membros do Núcleo de Tábua e o seu Guião.

Nas palavras alusivas ao momento, o Presidente da Associação de Fuzileiros, em representação do Chefe do Estado-Maior da Armada e Autoridade Marítima Nacional, Almirante Jorge Nobre de Sousa, aproveitou para sublinhar:

Este Memorial não vai limpar as lágrimas, as saudades, nem as marcas na alma e no corpo, que perdurarão, mas certamente servirá para todos nós, enquanto co-



munidade, valorizarmos o tal serviço público, que como ainda recentemente, na sequência do comboio de tempestades, vimos a sua relevância.

[...]

Poderemos questionarmo-nos se o ato que o Executivo Autárquico, por si liderado, senhor João Neves, tomou de edificar este Memorial, é relevante na salvaguarda, conservação e desenvolvimento dos valores imateriais de serviço público, de espírito de serviço, de camaradagem, de lealdade, de coragem, de sacrifício e de solidariedade, que são cultivados na Marinha, em particular, e nas Forças Armadas, em geral. A história diz-nos que “não deixar ninguém para trás!” é um dos determinantes na preservação da Vontade Nacional. E a história também nos diz que a dissuasão, o Poder Nacional não é feito só de números porque não raras vezes, “exércitos [forças armadas] menos bem equipad[a]s, menos bem treinad[a]s e por vezes em inferioridade numérica fossem capazes de derrotar tantos outros”.

Foi oferecida à Biblioteca Municipal um conjunto da obra **“Fuzileiros – Factos e Feitos na Guerra de África 1961/1974”**, do Comandante Baena, editada pela então Comissão Cultural da Marinha.





CONVÍVIOS E ENCONTROS



“FILHOS DA ESCOLA” DE 1965

Decorreu no passado dia 11 de abril no Restaurante *Braga*, na vila do Vimeiro, município da Lourinhã, o almoço-convívio dos “Filhos da Escola” de 1965.

O encontro, que contou com a presença de cerca de 115 convivas, decorreu em ambiente de sã camaradagem e amizade.



“FILHOS DA ESCOLA” DE 1985 41.º ANIVERSÁRIO

No passado 18 de abril os “Filhos da Escola” de 85 e seus familiares rumaram até ao Vimeiro, na Lourinhã, para o tradicional convívio anual celebrando o 41.º aniversário de incorporação na Marinha. Este dia teve como pontos altos uma cerimónia religiosa e a colocação de uma coroa de flores em homenagem aos camaradas já falecidos, junto do monumento alusivo à Batalha do Vimeiro.

O Almirante CEMA e AMN, Jorge Nobre de Sousa, fez-se representar pelo Comandante da Capitania do Porto de Peniche, CFR Jorge Manuel Cardoso Godinho.

Foi com muita alegria e gratidão que se conviveu e reviveram histórias de tempos idos, que deixaram saudades em todos.

Para o ano ficou a promessa de novo convívio na zona do Porto, com data e local a definir.



“FILHOS DA ESCOLA” DE ABRIL DE 1969 57.º ANIVERSÁRIO

Realizou-se no passado dia 18 de abril na Figueira da Foz, o almoço comemorativo do 57.º aniversário dos “Filhos da Escola” da incorporação de abril de 1969.

Neste encontro, que decorreu em ambiente de sã camaradagem, estiveram presentes cerca de uma centena de pessoas, entre ex-militares e respetivas famílias.



GUARNIÇÕES DO NRP ALMIRANTE MAGALHÃES CORRÊA ALMOÇO ANUAL

Como é da tradição, realizou-se no passado dia 29 de abril o almoço anual das guarnições do NRP *Almirante Magalhães Corrêa* com a presença de 120 “Filhos da Escola”, entre os quais vários elementos da primeira guarnição que embarcaram em 1968.

O magnífico convívio, organizado pelos tradicionais Zé Sardinheiro e João Faria, teve lugar no Biscainho e possibilitou o recordar desses tempos de “sudoeste rijo” e outras peripécias inesquecíveis da vida de bordo. Já lá vão 58 anos de camaradagem e amizade que perduram através dos tempos!



DESPORTO EM DIA

CERIMÓNIA DE ENCERRAMENTO DO ANO DESPORTIVO 2025

Realizou-se no dia 12 de março no pavilhão desportivo do Centro de Educação Física da Armada, a ce-



rimónia de encerramento do Ano Desportivo de 2025, presidida pelo Superintendente do Pessoal, VALM Rodrigues Pinto.

O Troféu desportivo da Marinha 2025 destinase a premiar o agrupamento que, no ano de 2025, obteve o maior número de pontos no somatório dos Campeonatos da Marinha realizados.

Classificação do Troféu Desportivo da Marinha de 2025:

	AGRUPAMENTO	PTS
1.º	BNL	22
2.º	EN	21
3.º	UAICM	19
4.º	CF	15
5.º	ETNA	5

III CAMPEONATO NACIONAL MILITAR DE TRAIL 2026

A Delegação da Marinha participou no passado dia 21 de março de 2026 no III Campeonato Nacional Militar de Trail – Linhas de Torres, organizado pela Comissão de Educação Física e Desporto Militar, com partida em Torres Vedras e chegada em Mafra.



Individualmente, o maior destaque vai para o CAB FZ Luna Costa (CEFA) que se sagrou Campeão Nacional Militar de Trail. De destacar ainda, a SAJ ETA Vera Reis (NRP A. Cabral) que se sagrou Vice-campeã Nacional Militar de Trail.

Em termos classificativos, os atletas que representaram a Delegação da Marinha alcançaram os seguintes resultados:

50 KM VETERANOS I MASCULINOS:

- 1.º – CAB FZ Luna Costa (CEFA)
- 3.º – 2SAR L Cachulo Henriques (DI)
- 8.º – 2SAR L Costa Marques (DCOF)

50 KM VETERANOS II MASCULINOS:

- 1.º – 1SAR TF Brito Galo (NRP Sagres)

50 KM VETERANOS I FEMININOS:

- 2.ª – SAJ L Vera Fonte (IGM)

50 KM VETERANOS II FEMININOS:

- 1.ª – SAJ L Vera Reis (NRP A. Cabral)

A SAJ ETA Vera Reis e o 1SAR TF Brito Galo, além de representarem a Delegação da Marinha, representaram igualmente a Seleção Nacional nesta prova, onde participaram 7 países.

Parabéns a todos os atletas que dignificaram a Marinha e Portugal!



Colaboração do CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA ARMADA



RENOVADAS HISTÓRIAS DA BOTICA ~ 93

AQUELES QUE SE PERDEM, DE SI PRÓPRIOS...

"Tenho um cardiologista sim, aquele em quem confio..."

Dizer de Marinheiro anónimo

Muitas vezes penso nas pessoas que, ao longo de uma vida clínica, acompanhei na passagem desta margem em que estamos, para aquela outra margem, de onde ninguém volta. De alguns sinto a falta, como se o espaço que ocupavam na mesa que partilhámos, o riso que traziam à vida ou a paciência que demonstravam, para os inevitáveis incómodos do quotidiano... me marcou e marcou outros à sua volta, especialmente os seus familiares e amigos...

De alguns fica a ideia de que a vida – a vida profunda, plena de sentimentos, ilusões e anseios – lhes passou ao lado. A vida profunda, define-se, no meu cardápio contestável de definições, como o cuidado especial que temos de ter com os outros, mesmo quando não os compreendemos inteiramente.

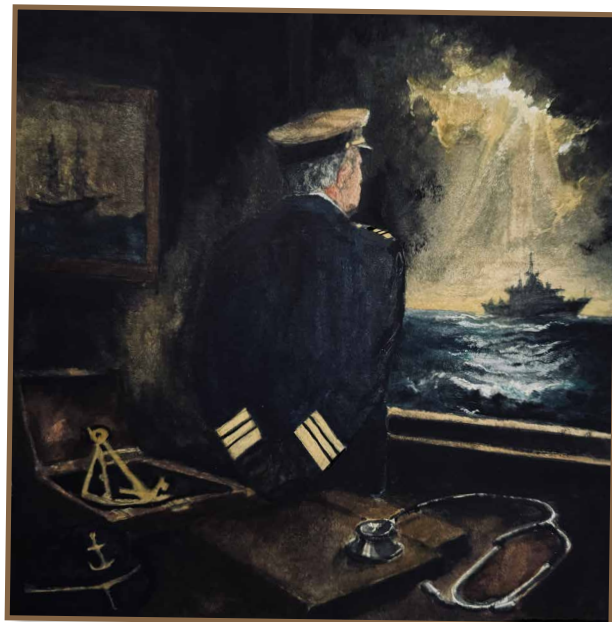
Cada um de nós dá conselhos do seu mister, o DOC, como médico, está sempre a ser solicitado, como é apanágio de todos os médicos. Ultimamente, acredita-se que pela fraca valorização do outro, recebem-se amiúde respostas do tipo descrito acima, seja por oferecimento, no ato médico, de conselhos de estilo de vida, como a revisão de comportamentos perniciosos (como tabagismo), ou simplesmente conselhos amigos, de quem estudou as ciências da vida, que é, como veremos, a mais importante das ciências, já que a vida e a morte andam lado a lado e, claro, a maioria de nós prefere prolongar o primeiro daqueles estados...

Ora, determinado Marinheiro procurou-me há algum tempo, pois tinha uma pressão arterial muito elevada. Era mazel antiga, já herdada do pai, ex-Oficial de Marinha, que teria morrido "subitamente e sem diagnóstico", achado comum, em tempos antigos e ainda hoje relativamente frequente, apesar de toda a evolução que o saber médico apresenta. Na consulta, prescrevi medicamentos, para controlar aquele mar alteroso – de toma urgente tendo em conta os valores apresentados e o risco em causa...

Passado algum tempo o dito oficial voltou à consulta. A pressão arterial continuava extremamente elevada. Afinal o doente em questão havia decidido nada tomar, pois "não sentia nada". O DOC endureceu a voz, avisou que havia grave risco de ter um acidente vascular cerebral. O doente, insistiu, que só tinha vindo à consulta pedir análises, que "obviamente" não tinha tomado nenhum medicamento, nem seguido nenhum dos conselhos que o DOC lhe tinha apresentado... pois sentia-se "maravilhosamente"...

Afinal, ele "tinha outro cardiologista em quem confiava" e, claro o DOC, era, apenas um muito moderno médico de Marinha. O DOC nada mais disse, afinal, quer o DOC, bem como muitos outros médicos de MARINHA, bem conhecem a ingratidão e a sobrançeria de muitos doentes... achado infelizmente cada vez mais comum.

Não teriam passado seis meses daquela conversa, quando o DOC – então Diretor do Polo de Lisboa, do Hospital das Forças Armadas – se cruzou com o referido Oficial. Percebeu que estava afásico (tinha lesão cerebral que limitava o discurso, a fala...) e arrastava metade do corpo, vagarosamente, estava, portanto, hemiplégico, como consequência de extenso Acidente Vascular Hemorrágico. O caso clínico era dolorosamente evidente...



Autor: ITEN TSN-ARQ Paulo Guedes

Ora, conclui o DOC, duas coisas poderiam ter acontecido, ou o tal outro cardiologista reforçava as noções de Saúde erróneas que o Oficial apresentava (método bem conhecido de agradar aos doentes, mesmo que ao arrepio de toda a verdade científica, ou de qualquer ética médica), ou, como frequentemente o DOC verificou no seu labor médico, nenhum outro médico existia...

Ora a vida, sabe bem o DOC, não perdoa determinados erros. O referido Marinheiro, antes muito capaz e útil à Marinha e à sociedade, passou a "cuidados continuados" muito cedo, dada a sua grave incapacidade... Infelizmente, o lar em que foi colocado foi alvo de contágio pela Covid, durante a pandemia, e o doente, fragilizado, não resistiu...

O DOC lamentou o acontecido, mas – como todos nós – também não gosta de ser desvalorizado e, até, ocasionalmente ridicularizado, de forma tristemente jocosa, por pessoas sem qualquer formação científica. Lamentou apenas, que, mais uma vez, a sobrançeria se pague cara... demasiado cara... O próprio doente decerto terá tido tempo para se confrontar com esta dura realidade...

Recentemente, alguém em circunstâncias semelhantes lhe disse a mesmíssima frase, a propósito de um outro conselho. Intimamente, lembrou-se do mesmo caso e, ferrosamente, desejou um desfecho alternativo. O mundo, especialmente o mundo atual, já tem suficiente tristeza e dificuldade... Mas, claro, cada ser humano tem a liberdade de trilhar o seu próprio caminho, mesmo que ilógico e perigoso...

Lembrou-se então, o DOC, de produzir este escrito sem jeito, na esperança que outros compreendam que desvalorizar certos conselhos, pode acabar numa desvalorização inesperada do próprio, já que a vida é frágil e deve ser preservada...



Doc



VIGIA DA HISTÓRIA ~ 155

CÓDIGOS

A permanência da corte portuguesa no Brasil, fugida do Reino por causa da invasão francesa comandada por Junot, veio aumentar o movimento revolucionário tendente ao fim do domínio português naquele território, originando a revolta que ficou conhecida como a revolução Pernambucana ou também como a revolução dos Padres, considerada como sendo a precursora da independência daquele país.

Tal revolução, teve início em 6 de Março de 1817, sendo levada a cabo pelas elites pernambucanas, nas quais se incluíam vários membros do clero, sendo a causa última o aumento de impostos para os gastos da corte e dos cortesãos idos de Portugal, numa altura em que a capitania de Pernambuco atravessava uma grande crise económica.

Os revoltosos conseguiram tomar o poder assegurando um governo local, que obteve apoio dos Estados Unidos da América, e cuja legislação logo publicada proclamava a república, estabelecia a abolição de alguns impostos, a liberdade de imprensa bem como a liberdade de culto, mantendo no entanto a escravatura, talvez por isso não tenha tido o apoio das classes mais desfavorecidas.

A revolução foi dominada pela força das armas que lograram a rendição, em 20 de Maio desse mesmo ano, dos seus

principais líderes que foram presos, muitos deles executados, enquanto outros vieram a falecer na prisão.

Perguntar-se-á o eventual leitor, que pacientemente foi lendo o que até aqui tenho deixado escrito, qual a ligação deste assunto com a Marinha, os navios ou os homens do mar, elementos que sempre estão presentes nas estórias que venho relatando.

A ligação em causa decorre do código utilizado pelos revolucionários para o seu reconhecimento mútuo, código esse de que não conheço a razão de ser, mas que admito traduzisse algum sentimento de hostilidade contra os que nele se encontram identificados, dado que o código utilizado era: "Morte aos Marinheiros".



Cmdt E. Gomes

Fonte: Tenho para mim que, com razão, ou sem ela, a ter havido tal sentimento de hostilidade, não deverá ter tido longa duração, nem aplicabilidade relativamente aos marinheiros portugueses, dada a forma como, até aos dias de hoje, estes são recebidos no Brasil.

N.R. O autor não adota o novo acordo ortográfico



Óleo sobre tela de António Parreiras, Arquivo Público do Recife

Bênção das bandeiras da Revolução de 1817



QUARTO DE FOLGA

JOQUEMOS O BRIDGE

Nº 16

Sul (dador) joga 4♣ recebendo a saída de Oeste (o qual fez duas intervenções em Ouros) ao R♦. Analise atentamente as 2 mãos e decida qual a melhor linha de jogo para conseguir cumprir o contrato.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA Nº 16

Vamos então começar por contar as vazas ganhantes e perdentes: ganhantes temos 6 a Espadas, 1 a Copas e 1 a Ouros, ou seja 8 vazas. Perdentes temos 2 a Copas, 1 a Ouros e 2 a Paus, ou seja 5 vazas. Como poderemos conseguir eliminar 2 perdentes? Primeiro que tudo, que ilações poderemos tirar do leilão? Oeste fez duas intervenções em Ouros, o que nos deve levar a inferir que deve ter uma mão com pontos de abertura. Tendo a nossa linha 24 pontos, sobram muito poucos para a mão de Este, que neste contrato é a mão perigosa pois se ganhar alguma vaza vai cruzar Paus e fazer-nos certamente perder o contrato. Portanto, a primeira grande preocupação de Sul é a de evitar que Este ganhe alguma vaza. E isso começa logo na primeira: vai sempre perder uma vaza a Ouros, mas tem que garantir que não a perde para Este, por isso vai recuar o A♦ perante a saída de Oeste ao R♦. Se não o fizer, quando Oeste ganhar a mão joga um pequeno Ouro para o Valete de Este que de seguida jogará Paus e derrota imediatamente o contrato (AD♣ estão em Oeste). Após ganhar a segunda vaza a Ouros com o Ás, Sul joga duas vezes Espadas para destrunfar, ficando na sua mão para agora manejar o naipe de Copas sem perder qualquer vaza para Este. Para isso, tem que começar por assumir que o R♥ está em Oeste (o "assumption play" de que já aqui falamos). Joga então uma pequena Copa da mão e aguarda para ver o que joga Oeste. Se Oeste não jogar o Rei, Sul joga a Dama do morto e volta à mão em trunfo, jogando de seguida uma segunda Copa. Se Oeste jogar agora o Rei, Sul deve jogar uma pequena carta do morto, garantindo assim que caso seja Este a ter o Valete, ainda conserva o Ás para ganhar a vaza e fica com mais duas cartas para baldar os Paus da mão. Se Oeste tivesse jogado o R♥ à primeira em vez de uma pequena carta, Sul jogaria uma pequena carta do morto e depois tiraria todas as vazas no naipe. De notar que, quando em mão no R♥, se Oeste não jogar logo o A♣ já não terá oportunidade de o fazer, pois Sul vai baldar RV♣ nas duas pequenas Copas apuradas no morto, fazendo assim uma vaza a mais.

NORTE (N)

♠	♥	♦	♣
R	A	10	9
V	D	4	6
8	5		
7	3		
	2		

SUL (S)

♠	♥	♦	♣
A	8	A	R
D	6	9	V
10	4		
9			
6			
5			

Nascimento Coelho

Ex-CTEN AN

Comentários e/ou sugestões:

paulojncoelho@gmail.com

SOPA DE LETRAS

Nº 33

⚓ GUELRICHO	⚓ LEVA
⚓ GUELHA	⚓ JUTA
⚓ HARROS	⚓ JORRA
⚓ HOMOGRAFO	⚓ ISTMO
⚓ INFINDOS	⚓ INSERIDURA
⚓ JUBAO	⚓ HARMATAO
⚓ LEREZ	⚓ GURUTIL
⚓ LIMO	⚓ GUARDIM

G	U	R	U	T	I	L	S	O	R	R	A	H	G
J	U	B	A	O	A	N	A	C	L	E	R	A	U
F	U	I	V	A	M	O	S	U	A	S	R	R	A
A	S	T	E	L	A	I	S	T	M	O	O	M	R
A	S	F	L	E	R	E	Z	E	I	D	J	A	D
H	O	M	O	G	R	A	F	O	S	N	A	T	I
L	A	R	U	D	I	R	E	S	N	I	S	A	M
E	M	A	R	I	N	H	E	I	R	F	T	O	E
U	I	S	L	I	M	O	A	S	T	N	A	S	I
G	J	U	T	A	G	U	E	L	R	I	C	H	O

Dias Matias

SCH CM

SUDOKU

Nº 126

6	9	8	2	8	1	7	4	9
9	2	7	4	8	9	6	1	8
1	4	8	7	9	6	2	8	9
8	7	9	8	1	2	9	6	4
8	1	2	6	9	4	8	9	7
9	6	4	8	7	9	1	2	8
4	8	9	1	2	8	9	7	6
7	9	1	9	6	8	4	8	2
2	8	6	9	4	7	8	9	1

FÁCIL

DIFÍCIL

		3				9	8	
	8					1		
			8	2			3	
			5	4				6
4	5				9			
					3			
6			9		4	8		
						4		5
5	7				2			

FÁCIL

			2			8	1	
	5	2				6		4
	7	6		4			9	
	2				3	5		
				2				
		9						1
					6	4		
	1			7				2
			9			4		

DIFÍCIL



NOTÍCIAS PESSOAIS

NOMEAÇÕES

CALM M Carlos Manuel Parreira Costa Oliveira Silva, Diretor Cultural da Marinha • CALM M José Diogo Pessoa Arroiteia, Diretor-geral da Autoridade Marítima, e, por inerência de funções, Comandante-geral da Polícia Marítima • CMG M Luís Paulo dos Santos Fernandes, Diretor de Serviços de Planeamento Estratégico de Defesa • CFR M João José Ferraz Fernandes, Capitão do Porto de Caminha • CFR M Bruno Alexandre Ferreira Rendeiro, Capitão do Porto de Portimão • CFR M Pedro Nuno Nero Luís, Capitão do Porto da Póvoa de Varzim, e, em regime de acumulação, para o cargo de Capitão do Porto de Vila do Conde • CFR M João Pedro Nunes das Neves Simões, Capitão do Porto de Viana do Castelo • CFR M Luís Carlos Brandão Marques, Capitão do Porto da Horta • CFR M Bruno Borges Mendes, Capitão do Porto de Angra do Heroísmo, e, em regime de acumulação, para o cargo de Capitão do Porto da Praia da Vitória • CFR M Nelson Manuel dos Santos Martins, Comandante do NRP *Álvares Cabral* • CTEN M João Miguel Rosado Gaspar, Capitão do Porto de Cascais • CTEN M Tiago Miguel Vieira, Capitão do Porto de Lagos • CTEN M Diana Oliveira Martins Azevedo, Capitão do Porto da Nazaré.

FALECIDOS

32160 CMG M REF Manuel Frutuoso Barreiros Jorge • 86363 CMG AN REF Manuel de Campos Pereira Bento • 122958 CTEN SEM REF Casimiro dos Santos Ameixa Reinol • 100351 CFR SG REF Afonso Rodrigues Baptista • 100957 CFR SG REF Manuel Antunes Pereira • 65367 CTEN OT REF Jerónimo Maia Bugalho • 590059 CTEN OTS FZ REF José Manuel Peneda • 344353 1TEN OTS REF Joaquim da Silva Faria • 373754 1TEN OTS REF Ernesto Guínapo Pepo • 441456 1TEN OTS REF João Garcia Martins • 234649 1TEN OTS REF Luiz dos Santos Tavares • 496158 SMOR FZ REF Joaquim Pereira de Araújo • 734961 SMOR M REF Antero Melranha Coelho • 438756 SMOR FZ REF António Joaquim Gomes da Silva • 328453 SMOR A REF Joaquim Augusto Alves • 146365 SMOR FZ REF Manuel Ramos Romão • 991763 SCH V REF Gilberto Coelho Rocha • 64064 SCH CE REF António Pereira • 160570 SCH A REF Sérgio da Silva Ferreira • 999163 SAJ FZ REF Abilino Correia Aires Pinão • 140064 SAJ L REF João Jorge Lourenço • 511958 SAJ A REF Domingos Martins Robalo • 335453 SAJ CE REF Henrique de Oliveira Pereira • 118944 SAJ A REF Silvano Deusdado • 367854 SAJ A REF João Leitão Bento.

LISSA
AGÊNCIA DE DESPACHOS E TRÂNSITOS, LDA.

50
ANOS
1974 - 2024



Cargo Agent



Rua Leopoldo de Almeida, Nº 8A • 1º andar • 1750-138 Lisboa • PORTUGAL

Tel.: (+351)217 520 221 / 3 • Cell: (+351) 969826379 | (+351) 969826387 | (+351) 969826388

E-mail: geral@lissa.pt • www.lissa-lda.com

ACADEMIA DE MARINHA

PRÉMIO

“Almirante Teixeira da Mota” / 2026



Até 30 de Setembro de 2026 está aberto o concurso para atribuição do Prémio “Almirante Teixeira da Mota” /2026 a um trabalho original de pesquisa e investigação científica no âmbito das artes, letras e ciências ligadas ao Mar e às Marinhas, conforme Regulamento do Prémio disponível no portal da Academia de Marinha.

Consulta do Regulamento e outras Informações:
www.academia.marinha.pt | academia.marinha@marinha.pt
Telefones: 210 984 708/14

MARINHA PORTUGUESA EM SELOS (XIX)

Crypto Stamp Poseidon, 2025



Poseidon, Deus dos Mares na Mitologia Grega, homenageia a ligação atlântica de Portugal e o seu espírito explorador.



Sobrescrito de 1.º dia, selo e carimbo de 1.º dia da emissão.

Coleção CTT Correios de Portugal
Imagens cedidas por CTT Correios de Portugal

Em 2023, a Caravela, símbolo dos Descobrimentos, foi o conceito do primeiro *Crypto Stamp* CTT – selo postal físico com um gémeo digital (*digital twin*) sob a forma de NFT (*non-fungible token*).

